

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

POLIANA DE LIMA NORONHA

**POBREZA EM PERNAMBUCO UMA ABORDAGEM DAS
CAPACITAÇÕES E NECESSIDADES BÁSICAS.**

CARUARU

2016

POLIANA DE LIMA NORONHA

**POBREZA EM PERNAMBUCO UMA ABORDAGEM DAS
CAPACITAÇÕES E NECESSIDADES BÁSICAS.**

Orientadora: Prof.^a. Dra. Sonia Rebouças da Silva Melo

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, no Centro Acadêmico do Agreste desta Universidade, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

CARUARU

2016

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Simone Xavier CRB/4 - 1242

N852p Noronha, Poliana de Lima.
 Pobreza em Pernambuco uma abordagem das capacitações e necessidades básicas.
 / Poliana de Lima Noronha. – 2016.
 75f. ; 30cm.

 Orientadora: Sonia Rebouças de Silva Melo
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de
 Pernambuco, CAA, Economia, 2016.
 Inclui Referências.

 1. Pobreza - Pernambuco. 2. Necessidades básicas. 3. Pobreza - Brasil. 4.
Indicadores socioeconômicos. I. Melo, Sonia Rebouças de Silva (Orientadora). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2016-068)

**POBREZA EM PERNAMBUCO UMA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES E
NECESSIDADES BÁSICAS.**

POLIANA DE LIMA NORONHA

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Sonia Rebouças da Silva Melo

(Orientadora)

Prof^o. Bruno Tadeu Lopes Siqueira de Moura

(Examinador 2)

Prof^o. Klebson Humberto de Lucena Moura

(Examinador 3)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por não ter desistido de mim, e de não ter me permitido desistir em todas as vezes que eu tentei.

Agradeço a minha família, em especial a minha mãe (Neraci Noronha) e ao meu pai (Antônio Noronha) e a todos meus irmãos, em destaque ao Pedro Valdiperes, meu motivo de orgulho e inspiração para estudar, sou muito grata por toda ajuda e motivação. A realização deste objetivo só foi possível graças ao esforço e incentivo dos meus pais que mesmo sendo de uma família bastante humilde fizeram de tudo para me proporcionar a realização deste sonho.

A minha orientadora Prof^a. Sonia Rebouças por todo auxílio dado e pela disponibilidade em tirar minhas dúvidas, assim como também pela paciência que teve comigo sobre o meu completo desconhecimento do SPSS, ensinamentos que levarei para a vida inteira.

A meu noivo por toda paciência, apoio e carinho. Por sempre estar do meu lado me incentivando e por às diversas vezes que me ajudou. Que apesar da distância sempre me consolou nas horas e momentos mais complicados da graduação.

As minhas amigas Marília Albuquerque e Renata Meirielly por todo companheirismo, e por sempre estarem dispostas a me ajudar em todas as horas em que mais precisei, amigas que levarei para vida inteira. A meu amigo Neto por as diversas vezes que me ajudou e por os momentos de “apuros” que passamos juntos.

Enfim, agradeço a todos que me ajudaram direta ou indiretamente.

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a pobreza no Estado de Pernambuco nos anos de 2009 e 2013 com dados extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) tendo como base a Teoria da Abordagem das Capacitações e das Necessidade Básicas. Essas abordagens além da renda analisam outros aspectos da pobreza como saúde, educação, trabalho, transporte, moradia entre outros. A pobreza mensurada apenas pelo prisma monetário é motivo de questionamentos mundiais, uma vez que se incorre no risco de subestimar a real magnitude da pobreza. Para atender o objetivo proposto realizou-se uma análise descritiva de seis dimensões (moradia, saneamento, educação, trabalho, demografia e renda) baseada na metodologia empregada por Lacerda (2009). Essa análise foi realizada para os pobres e não pobres de Pernambuco para as áreas rural, urbana e metropolitana (rural não metropolitano e urbano não metropolitano) também foi realizada uma análise dos indicadores monetários de pobreza Foster, Gree e Thorbecke (1984) para os anos de 2009 e 2013 estimados por Rocha (2013) a fim de analisar a pobreza sob o prisma monetário e comparar com os resultados da análise descritiva. Entre os principais resultados encontrados verificou-se que a região rural de Pernambuco para o grupo de pobres e não pobres sofre maiores privações de necessidades básicas, os resultados da análise descritiva demonstraram uma elevada discrepância da região rural em relação à a região urbana e metropolitana no que diz respeito ao acesso às necessidades básicas. No que se refere à análise monetária identificou-se que a região metropolitana do Recife contém uma maior proporção de pobres e severidade da pobreza.

Palavras-chave: Pobreza, abordagem das capacitações, abordagem das necessidades básicas.

ABSTRACT

This work aims to analyze poverty in the state of Pernambuco in 2009 and 2013 with data extracted from the National Sample Survey (PNAD) based on the Theory of the Capability Approach and Basic Need. These approaches beyond income analyze other aspects of poverty such as health, education, employment, transportation, housing and others. The poverty measured only by monetary prism is why global questions, since it runs the risk of underestimating the real magnitude of poverty. To meet the proposed objective was realized a descriptive analysis of six dimensions (housing, sanitation, education, employment, demographics and income) based on the methodology used by Lacerda (2009). This analysis was performed for the poor and nonpoor of Pernambuco for rural, urban and metropolitan areas (rural non-metropolitan and urban non-metropolitan) was also carried out an analysis of monetary indicators Foster poverty, Gree and Thorbecke (1984) for the years 2009 and 2013 estimated by Rocha (2013) in order to analyze poverty from the monetary perspective and compare with the results of the descriptive analysis. Among the main results it was found that the countryside of Pernambuco for the group of poor and non-poor suffer greater deprivation of basic needs, the results of the descriptive analysis showed a high discrepancy of rural compared to urban area and metropolitan in with regard to access to basic necessities. As regards the monetary analysis identified that the metropolitan area of Recife has a higher proportion of poor and severity of poverty.

Keywords: Poverty, approach to training, approach to basic needs.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índices FGT(0), FGT(1) e FGT(2)- segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Pernambuco- 2009/2013	61
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variáveis que compõem a dimensão moradia e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco – 2009/2013.	47
Tabela 2 – Variáveis que compõem a dimensão saneamento e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013	51
Tabela 3 – Variáveis que compõem a dimensão educação e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoa residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013	55
Tabela 4 – Variável que compõem a dimensão trabalho e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013	57
Tabela 5 – Variável que compõem a dimensão demográfica e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013	59
Tabela 6 – Variável que compõem a Dimensão Renda e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.....	60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1.....	14
EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA POBREZA	14
1.1 Evolução do Conceito de Pobreza.....	14
1.2 Abordagem Monetária.....	17
1.2.1 Pobreza Monetária: absoluta, Relativa e Subjetiva.....	18
1.3 Abordagem das Necessidades Básicas	22
1.4 Abordagem das Capacitações.	25
CAPÍTULO 2.....	28
Pobreza no Brasil, Nordeste e em Pernambuco.....	28
2.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.....	28
2.2 Pobreza no Nordeste e em Pernambuco.....	33
2.3 Programas Sociais: Impactos na Pobreza	38
CAPÍTULO 3.....	41
METODOLOGIA	41
3.1 Método de Estudo.....	41
CAPÍTULO 4.....	46
RESULTADOS.....	46
4.1 Resultado da Análise descritiva	46
CAPÍTULO 5.....	61
Indicador de Pobreza Monetária (Foster, Gree e Thorbecke).....	61
5.1 Análise do indicador FGT (0), FGT (1) e FGT (2), Estimado por Rocha (2013).....	61
CAPÍTULO 6.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66

INTRODUÇÃO

A pobreza vem se tornando tema de grandes debates no mundo inteiro. A evolução de seu conceito e a forma de mensurar é alvo dos estudiosos, sua análise vem evoluindo de uma abordagem mais tradicional para uma abordagem mais complexa. Passando de uma abordagem unidimensional (monetária) para uma abordagem multifacetada que inclui outras necessidades humanas e tem como base a Teoria da Abordagem das Capacitações e Necessidades Básicas (AVILA, 2013).

Portanto, Osorio et al (2011) argumentam que a pobreza é associada à insuficiência monetária com o objetivo de construir indicadores, mas a renda é apenas umas das privações sofridas pelos pobres, uma vez que o pobre também sofre outros tipos de privações em dimensões do bem-estar. Apesar de a renda ser um relevante indicador de bem-estar, entretanto, não existe a possibilidade de ter conhecimento das demais privações, logo se incorre no risco de subestimar o real tamanho da pobreza.

Para Silva (2009) as necessidades básicas podem ser definidas como o mínimo necessário à sobrevivência e acessibilidade a bens e serviços públicos. Isto inclui moradia, vestuário adequado, alimentação, móveis; bem como esgoto, coleta de lixo, água potável, serviços sanitários, transporte e educação, entre outros. O autor também afirma que a renda não é suficiente para ter acesso aos bens e serviços citados, de tal modo que serviços como saneamento, educação, água potável não dependem somente da renda privada mais também de políticas públicas.

No que diz respeito à abordagem das capacitações ela se difere das demais abordagens, pelo motivo de ser o entendimento a respeito do que vêm a ser qualidade de vida, ou seja, qual a qualidade de vida que os indivíduos avaliam para sua vida. De um modo que a qualidade de vida não se restringe à quantia de bens que uma pessoa possui, porém de outras condições que cercam a vida em sua plenitude (DINIZ e DINIZ, 2009).

Araujo, Moraes e Cruz (2012) afirmam que é de grande relevância o estudo da pobreza em suas diversas dimensões tal análise pode auxiliar no processo de elaboração de políticas públicas focadas na diminuição da pobreza, com objetivo de acelerar o processo de desenvolvimento.

Tendo em vista essa necessidade de priorizar outros aspectos além da renda, o objetivo principal desta monografia é analisar a pobreza no Estado de Pernambuco nos anos de 2009 e 2013 tendo como base a Teoria da Abordagem das Capacitações e das Necessidades Básicas, a análise é feita para pobres e não pobres das áreas rural, urbana e metropolitana para que seja possível identificar quais são as maiores privações de cada área. Além disto, objetiva-se analisar a pobreza por meio dos indicadores primários FGT(0), FGT (1) e FGT(2) estimados por Rocha (2013) para os anos de 2009 e 2013, e assim realizar comparações entre as duas análises. De maneira mais específica o trabalho objetiva demonstrar a relevância de ampliar a análise de pobreza para além da renda, priorizando outras privações sofridas pelos pobres e não pobres e assim procura-se demonstrar o quanto é imprescindível considerar essas privações na elaboração de políticas públicas que tem como foco o combate à pobreza.

Conforme Castro, Araújo e Codes (2012) o estado de Pernambuco possuía em 2001 renda domiciliar *per capita* de R\$ 311,4 elevando-se para R\$ 390,3 em 2009 o que configura aumento de 25,3%. Para o Brasil a renda domiciliar *per capita* era de R\$ 511,5, em 2001, subiu para 631,7, em 2009, e assim perfazendo crescimento de 23,5% no período. No caso do Nordeste para o mesmo período o indicador passou de R\$ 278,2 para R\$ 395,5 (elevação de 42,1%). Percebe-se que no fim da década Pernambuco diminui sua vantagem quando comparado com o Nordeste, e passa a se igualar à renda dos nordestinos como um todo.

Castro, Araújo e Codes (2012) ainda afirmam que com relação à pobreza extrema Pernambuco apresenta tendência de queda enquanto em 2001, 20,5% da população vivia em condições de extrema pobreza, essa proporção sofreu queda para 11,5% em 2009. Do mesmo modo ocorreu queda na região Nordeste, no mesmo período analisado a pobreza extrema passou de 21,7% para 11%. Porém, quando comparado com a situação nacional existe uma clara situação de desvantagem. Para o Brasil os índices são de 10,5% e 5,2% para 2009 e 2001, respectivamente.

Portanto, é perceptível a relevância de ampliar a análise de pobreza levando em conta outras necessidades além da renda para o Estado de Pernambuco, tendo em vista que neste Estado a renda é a principal medida para classificar o indivíduo como pobre ou não pobre. Poucos são os trabalhos no Nordeste que privilegiam outros aspectos para analisar a pobreza, a saber, Silva (2009), Caldas (2012), Alencar (2012) e Barros (2014).

Para que se possa atingir o objetivo proposto, esta monografia está dividida em seis capítulos. De modo que o Capítulo 1 aborda o processo de evolução do conceito de pobreza, discutindo dessa forma a pobreza sobre o prisma monetário (unidimensional) como também sobre o prisma da abordagem das capacitações e necessidades básicas (multidimensional), também é exposto às vantagens e desvantagens de cada abordagem. O Capítulo 2 discorre a respeito da evolução da pobreza no Brasil e suas características, também faz uma breve discussão sobre a pobreza no Nordeste e em Pernambuco e discorre a respeito dos impactos dos programas assistenciais na pobreza. O Capítulo 3 trata dos procedimentos metodológicos utilizados nesta monografia. O Capítulo 4 apresenta os resultados e discussões pertinentes a análise descritiva das dimensões que foram escolhida com base na abordagem das capacitações e necessidades básicas, segue-se a metodologia de Lacerda (2009). O Capítulo 5 faz uma análise dos indicadores de pobreza FGT(0), FGT(1) e FGT(2) estimados por Rocha(2013) para os anos de 2009 e 2013. E por fim, o Capítulo 6 apresenta as considerações finais desta monografia.

CAPÍTULO 1

EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA POBREZA

O objetivo deste capítulo é demonstrar como se deu o processo de evolução do conceito de pobreza, partindo de uma abordagem monetária para uma abordagem mais complexa que engloba, além da renda, outros fatores para mensurar pobreza, assim será exposto às definições teóricas que fundamentam a análise realizada neste trabalho. A seção 1.1 aborda como ocorreu a evolução do conceito de pobreza. A seção 1.2 trata da abordagem monetária e os conceitos de pobreza absoluta, relativa e subjetiva também é discutido nesta seção as vantagens e desvantagens dessa abordagem. A seção 1.3 discorre a respeito da abordagem das necessidades básicas e por fim a seção 1.4 expõe a abordagem das capacitações. Este capítulo demonstra a necessidade de analisar a pobreza considerando outras necessidades, além da renda.

1.1 Evolução do Conceito de Pobreza

De acordo com Lacerda (2011) a pobreza pode ser facilmente identificada em qualquer época da história. No que se refere à ciência econômica o assunto já estava presente na obra original de Smith e a partir desse momento várias correntes de pensamento econômico têm discutido o tema de maneira mais profunda. E foi no início dos anos 1960 que o estudo da pobreza tornou-se uma área específica de pesquisa pelo motivo de haver nessa época uma maior discussão a respeito do processo de crescimento e desenvolvimento econômico de diversos países, assim o estudo do fenômeno ganhou bastante repercussão dentro da ciência.

Rolim (2005) afirma que a pobreza não é assunto novo na história humana. Porém, o novo é a sua redução que se tornou objetivo e está dentre as metas do milênio para humanidade e é centro das atenções das organizações internacionais e da maioria das autoridades políticas.

A preocupação com a pobreza está interligada com o desenvolvimento econômico. Esse fenômeno incomoda o mundo inteiro, em especial os países menos desenvolvidos, o debate a respeito do problema abrange a definição, a forma de medir e acima de tudo a forma de combater a pobreza. A respeito das estratégias de combate à pobreza o problema tem sido

o foco na formulação de políticas públicas no país. Um exemplo de instrumentos utilizados é a ampliação dos programas de transferência de renda e a facilitação de crédito as camadas menos favorecidas da sociedade. (crédito consignado ou microcrédito) (MOTA e SANTANA, 2011).

Por outro lado, Ottonelli et al (2011) argumentam que quando o assunto é pobreza, existe um consenso que pobres são aqueles que não têm a sua disposição recursos monetários para sua sobrevivência. Porém, por mais que a renda seja uma dimensão relevante da pobreza a crítica em torno da renda é que a mesma não leva em consideração outras privações sofridas pelos indivíduos, como por exemplo: ter uma vida perigosa, difícil e dolorosa que pode ser resumidas como: ter uma vida privada de conhecimento e comunicação; ser excluído da voz e poder das instituições do Estado e da sociedade; ter dignidade, confiança e auto respeito roubados.

Portanto, várias são as discussões em torno do conceito de pobreza. Conforme Kageyama e Hoffmann (2006) a noção de pobreza refere-se a algum tipo de privação que pode ser somente material ou incluir elementos de ordem cultural e social perante os recursos que uma família dispõe.

Entretanto, ao longo de um grande período de tempo a pobreza tinha como definição predominante unicamente a ausência de renda, bens privados. Mas, esta definição já não se encaixa na realidade político-econômica e social dos países. Outras interpretações são buscadas para explicar a situação da pobreza em determinado contexto econômico. A busca por novas explicações do conceito de pobreza por novas abordagens é foco de estudos nacionais e internacionais (ALBUQUERQUE e CUNHA, 2012; WILTGEN, 2012).

Para Sen (2000) é perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a parti daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde etc. Com argumento de que são bons meios para atingir o fim da redução da pobreza de renda.

Outro problema existente que faz parte da pobreza é a desigualdade de gênero, para Duflo (2011) a desigualdade de gênero melhora quando a pobreza declina. Assim, formuladores de políticas públicas devem, então, concentrar-se na criação de condições para o crescimento econômico e buscar manter a igualdade de condições em ambos os sexos, porém sem adotar estratégias específicas voltadas para melhoria das condições de vida das mulheres.

Conforme Rocha (1996) a pobreza é considerada um fenômeno complexo para o qual não há uma definição evidente estando relacionada à ocorrência de carências relativas aos distintos aspectos da condição de vida das pessoas. Para Araujo e Tolentino (2013) em sentido amplo a pobreza pode ser entendida como situação de carência de condições para satisfação das necessidades básicas das pessoas.

Já para Oliveira (2013) a pobreza pode ser definida de uma maneira geral como a insuficiência de recursos para garantir as condições básicas de subsistência e bem-estar de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade. Esses padrões englobam características de distribuição de renda e do padrão de consumo predominante. Ele ainda diz que uma primeira maneira de definir a pobreza é por meio da renda, porém questiona se o rendimento corrente de uma família é suficiente para inseri-la no padrão de consumo vigente na sociedade em que vive. Afirma que apesar da complexidade do tema este é ponto de partida de uma grande maioria das análises de pobreza.

Entre os pesquisadores sobre pobreza, não há uniformidade na forma de agrupar os conceitos que podem defini-la. O que é unânime é a compreensão da complexidade do tema, em que a ideia de uniformidade não encontra ressonância, seja pela diversidade de teorias envolvidas no debate, seja pela multiplicidade das situações reais de pobreza. (STORMOWSKI, 2011, p. 62).

Assim sendo, conforme Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2001) o conceito de pobreza não é único e universal. Eles afirmam que a pobreza se caracteriza por um estado de carência em que as pessoas não conseguem manter um padrão de vida de acordo com o padrão vigente na sociedade.

A abordagem multidimensional é mal compreendida. Porém, o autor afirma que esta abordagem não se trata de associar os pobres ao resultado de outras variáveis e analisá-los. A questão que se coloca não é selecionar apenas aqueles indivíduos que ganham menos de um dólar por dia e analisar condições de saúde e educação destes indivíduos é bem mais complexo, pois, tem por objetivo classificar os indivíduos como pobres, ou não, tendo como base outras dimensões, além da monetária (MATTOS, 2006).

Para Carneiro e Bagolin (2012) esta abordagem tem como ponto forte o fato de que além de considerar a pobreza como fenômeno multidimensional e assim para defini-la

incorpora o meio de acesso a distintos serviços na mesma sociedade. Por outro lado, o ponto fraco é a de que essa medida faz um diagnóstico descritivo da pobreza. Muito embora não elaboram uma solução para solucionar o problema, e desse modo dificultando o uso de medidas que possam fazer comparações dos diferentes níveis de pobreza.

Como visto anteriormente apesar de avanços sobre a construção de indicadores escalares de pobreza multidimensional ainda é bastante comum os trabalhos que tratam a pobreza como insuficiência de renda. Essa preponderância da abordagem monetária se deve ao menos dois fatores, o primeiro deles é que as medidas de pobreza baseadas na insuficiência monetária são naturalmente escalares e o segundo fator responsável é que é comum que as famílias tenham acesso a bens e serviços que são os determinantes do seu bem-estar por meio de mercados e para participar deles é necessário possuir renda. Portanto, a insuficiência de renda é um dos principais determinantes das carências das famílias, logo um forte candidato escalar para mensurar pobreza (PAES DE BARROS, CARVALHO e FRANCO, 2006).

Diante do exposto, o conceito de pobreza vem evoluindo de uma análise monetária (tradicional) para uma análise mais complexa (multidimensional). Percebe-se desse modo a relevância de analisar outros aspectos além da renda para mensurar pobreza. A seção e subseção a seguir tratam da abordagem monetária e de suas vantagens e desvantagens para mensuração da pobreza.

1.2 Abordagem Monetária

O que predomina na economia tradicional para avaliar o bem-estar das pessoas é analisado de acordo com o domínio sobre bens e serviços. E assim, tal pressuposto foca na variável renda, visto que esta é responsável pelo poder individual de compra. E valendo-se desta suposição à pobreza passa a ser vista como insuficiência de renda já que neste caso a renda é considerada o principal fator responsável pela qualidade de vida do indivíduo (SANTOS, 2007).

A abordagem monetária parte do pressuposto que apenas a renda das famílias já é suficiente para definir se uma pessoa é pobre ou não. Esta abordagem se divide em pobreza monetária: absoluta, relativa e subjetiva. É bastante utilizada, pois tem como principal vantagem à ampla disponibilidade de dados. Porém, esta abordagem só seria a melhor medida

se vivêssemos em um ambiente onde tudo fosse mercantilizado (ARAÚJO, MORAIS e CRUZ, 2012).

Para Cardoso e Negrão (2006) outra limitação dos indicadores monetários de pobreza é pelo fato de possuir um caráter estático e são apresentados como uma fotografia da população naquele momento. Quando se leva em conta apenas a renda os indicadores tendem a superestimar a pobreza, sobretudo em países menos desenvolvidos e semi-industrializados, pois nestes locais as pessoas satisfazem suas necessidades graças a estratégias que não levam em conta a renda como redes de solidariedade e trabalho voluntário. Os fatores de solidariedade praticado no seio da família não são contabilizados pelos indicadores quantitativos de pobreza e assim despreza-se a importância da ajuda mútua no âmbito familiar nesse contexto para superação da pobreza.

A subseção a seguir discorre a respeito das subdivisões da pobreza monetária: absoluta, relativa e subjetiva.

1.2.1 Pobreza Monetária: absoluta, Relativa e Subjetiva.

A pobreza tratada de uma forma unidimensional era centro de debates entre os séculos XIX e XX. Nesta época a ideia de pobreza estava sempre ligada à definição de subsistência que tem haver com as necessidades mínimas necessárias para a sobrevivência das pessoas. É na abordagem monetária da pobreza que se origina dois distintos enfoques da pobreza. O da pobreza absoluta e relativa (WILTGEN, 2012).

No que diz respeito à abordagem monetária absoluta leva-se em consideração a linha de indigência que é calculada com base em uma cesta de alimentos, ou seja, se o indivíduo possui renda suficiente para adquirir uma cesta básica que supra suas necessidades mínimas que garanta a sua sobrevivência. A linha de pobreza corresponde à linha de indigência, adicionada de um valor monetário que corresponde a gastos com transporte, vestuário, habitação. Desse modo, os indivíduos que vivem abaixo dessa linha são considerados como indigentes e pobres respectivamente (LOUREIRO e SULIANO, 2009; ROMÃO, 1993).

Para Hoffmamann (1998) *apud* Loureiro e Suliano (2009) diz que quando a linha de pobreza absoluta é determinada principalmente por custo de alimentos passa a subestimar a pobreza rural quando comparada com a pobreza urbana. Muito embora na zona rural os

alimentos tenham um preço menor, por outro lado o acesso a vários serviços é mais restrito quando comparada a áreas urbanas, então a pobreza na zona rural deve ser analisada de uma maneira diferente quando comparada com a área urbana.

Com relação à linha de pobreza e a de extrema pobreza adota para o Brasil, Osorio, Soares e Souza (2011, p.10) afirmam que o Brasil nunca adotou uma linha de pobreza ou de extrema pobreza oficialmente:

Como o Brasil nunca adotou oficialmente uma linha oficial de pobreza ou de pobreza extrema, defendemos que a linha de pobreza extrema seja “político administrativa” expressa em unidades de renda domiciliar per capita mensal. Isso porque mesmo quando a linha de pobreza é definida empiricamente, por um método que prometa “objetividade”, muitas das decisões necessárias para obtê-la são de natureza política, e sob o manto de cientificidade desses métodos os pesquisadores podem tomar decisões que deveriam ser objeto de discussão. Não é problema que pesquisadores, ao conduzir suas pesquisas, tomem as decisões de acordo com a forma que consideram mais correta para medir a pobreza. Mas, no âmbito da política pública, suas percepções sobre a pobreza e suas decisões normativas não podem substituir as que advêm do consenso possível consubstanciado, por exemplo, nas linhas de pobreza administrativa estabelecidas para definir a elegibilidade para programas de assistência social e complementação de renda.

A linha de pobreza e extrema pobreza adotada para o indivíduo ser beneficiado com o Programa Bolsa Família (PBF) no momento de sua criação em 2003 seria possuir renda domiciliar *per capita* menor que R\$ 50,00 mensais, valor que correspondia a um $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no início de 2003. O valor foi atualizado de Setembro de 2003 para Setembro de 2010 pelo INPC, onde o valor arredondado desta linha seria R\$ 70,00 este seria o exato valor para elegibilidade para o benefício incondicional desde Julho de 2009. Esses valores são R\$ 70,00 para linha de pobreza extrema e R\$ 140,00 para linha de pobreza, tais valores são bem próximos dos valores internacionais, para meta de redução da extrema pobreza no mundo (OSORIO, SOARES e SOUZA, 2011).

O IPEA leva em consideração para cálculo de linhas de pobreza e de extrema pobreza requisitos nutricionais de cada região do país. A linha de pobreza para o instituto é considerada duas vezes a linha de indigência. Há também o critério utilizado pelo Banco Mundial e pela Organização das Nações Unidas que é de um ou dois dólares por dia medidos em paridade de poder de compra (PPC) (ANDRADE, 2011; LACERDA, 2011).

O critério definido pela Cepal/ONU é mais sofisticado, pois leva em consideração às necessidades nutricionais diárias da população. E é a partir destas necessidades que é estimado o valor de uma cesta de bens que possibilite satisfazer as carências nutricionais da população. De acordo com o método das necessidades nutricionais é identificado como pobre o indivíduo que possuir uma renda per capita inferior ao valor necessário para obter a cesta básica. Ressaltando que esta linha de pobreza é construída tendo em conta as especificidades de cada região, isto é, é uma linha de pobreza regionalizada (OLIVEIRA, 2013).

Conforme Stormowski (2011, p.71) o fato de se estar situado acima da linha de pobreza não garante necessariamente uma vida satisfatória.

Estar situado pouco acima da linha de pobreza não garante uma condição de vida satisfatória nem estabilidade, pois muitas vezes é como uma foto que expressa um momento; se ocorrer qualquer infortúnio, pode haver alteração dessa situação. Assim, a linha que separa os não pobres dos pobres é tênue, pois grande parcela da população, ainda que tenha renda superior à linha definida como limite da pobreza, vive em situação de instabilidade e insegurança, de modo que pode “cair” para dentro das estatísticas de pobreza diante do primeiro imprevisto. Por isso, alterações nos resultados estatísticos, que retiram da faixa de pobreza grandes contingentes da população, apesar de sinalizarem mudanças positivas, não podem ser interpretados como superação da condição de pobreza, pois geralmente indicam apenas pequenos aumentos no valor da renda mensal das famílias, uma oscilação que não permite escapar da vulnerabilidade.

Uma vantagem dessa abordagem absoluta é a facilidade para comparação internacional. Pois, considerando-se a linha de indigência como sendo um dólar por dia e a linha de pobreza o dobro disto, é possível visualizar a colocação dos países no que se refere à pobreza (LOPES, MACEDO e MACHADO, 2004).

Com relação à abordagem de pobreza relativa que procura identificar indivíduos que se encontrem muito abaixo da renda média da sociedade, àqueles cuja renda é inferior a 40,0%, 50,0%, ou 60,0% da renda média da população (ARAUJO, MORAIS e CRUZ, 2012; LOPES, 2003; AVILA, 2013; FREIRE, 2011).

A pobreza quando analisada como privação relativa é classificada como grupos sociais que não têm acesso aos meios necessários de subsistências para uma parte da população. Deste modo, a privação relativa representa uma situação de desvantagem na distribuição dos

recursos. Então, o conceito de pobreza relativa possui relação com uma média do padrão de vida, ou seja, refere-se a uma série de bens que são comuns no meio social (ROMÃO, 1993).

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade. Deve-se salientar que as privações podem ocorrer em quaisquer ou todas as esferas da vida: no trabalho, domínio que provê os recursos determinantes para que os indivíduos se posicionem em outras dimensões da vida; no lar, na vizinhança e na família; enfim, em uma diversidade de atividades sociais e individuais em que diversos papéis sociais são desempenhados (TOWNSEND 1993, p.36 *apud* CODES, 2008, p.15).

Tanto a pobreza relativa como a absoluta são abordagens de cunho macroeconômico. A pobreza relativa possui relação direta com a má distribuição de renda. De forma que é explicitada de acordo com o padrão de vida vigente na sociedade que classifica com pobres indivíduos situados na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas com os indivíduos melhor posicionados na sociedade. Como dito por outros autores, o conceito de pobreza é definido quando uma pessoa comparada com as demais têm menos de algum atributo desejado que é desde a renda a boas condições de emprego, ou poder (ARAÚJO e TOLENTINO, 2013; CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Essa distribuição de renda é medida pelo Índice de Gini que mede a distância entres aqueles que são mais ricos e os mais pobres. O índice varia entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais o índice estiver próximo de zero, tem-se uma menor desigualdade de renda. Do contrário mais próximo de 1, maior será a desigualdade de renda (ARAÚJO e TOLENTINO, 2013).

Por outro lado, conforme Crespo e Gurovitz (2002) a conceituação da linha de pobreza relativa acaba sendo incompleta pelo fato de não deixar margem para uma noção de destituição absoluta de modo que este é o requisito básico para a definição de pobreza. Além de outro problema que é a ambiguidade no que diz respeito ao uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade quando na verdade não são sinônimos.

Por fim, a linha de pobreza monetária subjetiva é obtida quando se pergunta às pessoas sobre qual seria a renda mínima necessária para sua sobrevivência. Isto é, essa abordagem leva em consideração a opinião das pessoas de forma que se auto declaram como pobres ou não pobres. Deste modo, o que é necessário para sobrevivência depende de cada pessoa entrevistada, logo após a compilação dos resultados determina-se qual renda monetária

mínima para cálculo das linhas de pobreza. Sobretudo, a vantagem dessa abordagem é contemplar às necessidades básicas de uma região ou população baseada nos hábitos e costumes da época e região do ambiente analisado (CRESPO e GUROVITZ, 2002; FREIRE, 2011).

Para Martini (2009) há três definições presentes nos estudos da pobreza subjetiva. A primeira seria a que os indivíduos afirmam que não possuem recursos suficientes para atender suas necessidades básicas. Em segundo, podem-se basear nas *basic needs* de modo que a pobreza é analisada entre cada família na pesquisa da população a partir disto ver as necessidades básicas da família e compara com sua renda disponível. E por último, é permitido conciliar este conceito de ter menos que o necessário para atender os compromissos sociais vigentes, em termos familiares, culturais e de posição social e profissional que cada indivíduo apresenta.

Bradshaw e Finch (2000) *apud* Kageyama e Hoffmann (2006) estão de acordo que são as privações de bens e condições de vida que constituem o indicador direto de pobreza e consideram a renda unicamente com indicador indireto. Além de ressaltar a falta de confiabilidade da renda como indicador pelo fato das pessoas fornecerem informações inexatas, e os valores não serem atualizados e há oscilações ao longo dos anos e usa-se uma linha de pobreza arbitrária e tem-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio.

Como dito anteriormente a abordagem monetária é uma alternativa largamente utilizada para se mensurar pobreza. Porém, a pobreza é mais complexa do que se imagina, diante disso na próxima seção será apresentada a abordagem das necessidades básicas. Abordagem que vem ganhando espaço nas últimas décadas, a mesma analisa a pobreza em diversas faces e este trabalho irá utilizar essa maneira de analisar pobreza para atingir seu objetivo principal.

1.3 Abordagem das Necessidades Básicas

Para Marian et al (2013) foi na década de 1950 que se deu o surgimento da abordagem das necessidades básicas, nessa ocasião a visão de pobreza em várias faces (multidimensional) passou a ganhar mais espaço. E é por meio da satisfação da abordagem das necessidades básicas que o progresso social poderia ser melhor mensurado do que quando feito através do crescimento econômico.

Crespo e Gurovitz (2002) apontam que foi a partir de 1970 que a pobreza passou a ter conotação da abordagem das necessidades básicas e assim colocando novas exigências como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. E configurou-se o enfoque das necessidades básicas apontando algumas exigências de consumo básico de uma família. Esse modo de ver a pobreza passou a ser aderido por órgãos internacionais, principalmente por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU) representando uma ampliação da concepção desta abordagem.

Lopes, Macedo e Machado (2003) afirmam que esta abordagem leva em consideração a relevância de alguns bens, de modo que sem estes não haveria possibilidades de “cidadãos” usufruírem de uma vida minimamente digna. Estes bens seriam: água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo, educação, são itens de grande relevância para que os indivíduos tenham a possibilidade de levar uma vida saudável, além de se inserir no meio social.

Apesar de haver dificuldades às necessidades básicas insatisfeitas (NBI) são mensuráveis e a satisfação da mesma traz benefícios do ponto de vista econômico à medida que elevam a produtividade do indivíduo. A arbitrariedade se faz presente visto que é preciso estipular quais são essas necessidades, além de um piso para as mesmas. Então, os indivíduos são considerados pobres se possuírem uma quantidade menor que o piso de determinada dimensão considerada (LOPES, MACEDO e MACHADO, 2003).

Exemplo é a ausência da água potável a mesma é essencial para o desenvolvimento humano. Quando os indivíduos se encontram privados dela têm suas oportunidades diminuídas para a realização de seu potencial enquanto seres humanos. Do mesmo modo que a renda, o acesso à água é muito mal distribuído entre os países e suas regiões. Assim, percebe-se a relevância das políticas públicas para que possa ser garantida uma infraestrutura adequada para uma melhor distribuição de água potável para as populações mais desfavorecidas economicamente, a água é um recurso fundamental e também é indispensável para o setor produtivo (REYMÃO e SABER, 2007).

Carneiro e Bagolin (2012) fazem uma ressalva e afirmam que essas medidas objetivam aspectos relativos da pobreza como são de extrema importância e não são capturados pela abordagem unidimensional (renda). Afirmam que uma desvantagem se dá pelo fato de considerarem domicílios com sendo indivíduos com isso pode-se provocar alterações. Uma

vez que as necessidades básicas são vistas para os domicílios como o todo, os resultados não levam em conta que neste domicílio pode haver indivíduos sob condições diferentes.

O que é bastante notado atualmente é que a abordagem das necessidades básicas vem recebendo atenção significativa tanto pela comunidade científica e também no cenário político, o que justifica esta atenção é que a temática do desenvolvimento vem ganhando destaque nos dias atuais, ideias de combate à pobreza voltada para o melhoramento da qualidade de vida dos indivíduos e como consequência o avanço social está cada dia mais em destaque no cenário político e assim esta situação confirma a importância da atualidade desta abordagem (RIBEIRO, 2010).

Avila (2013) aponta que a pobreza quando analisada de acordo com as necessidades básicas não satisfeitas constitui um método de análise de pobreza onde é possível sua quantificação e mensuração e o acompanhamento de políticas públicas assistenciais usadas para combatê-la. Vale ressaltar, que este método de medir pobreza é subjetivo, visto que requer que se definam quais as necessidades de cada sociedade e qual o limite mínimo que é necessário ser atingido para as famílias ser classificadas como não pobres. Então, a quantidade de variáveis selecionadas é consequência do conceito de pobreza, assim como de suas causas e manifestações.

Adiante, será apresentada uma breve discussão a respeito da abordagem das capacitações. Esse conceito também engloba outros aspectos além da renda, como vários tipos de liberdades e que veio a tona através do economista Amartya Sen¹ o precursor da teoria. Então, uma análise de pobreza que utilize a visão tradicional juntamente com a abordagem das necessidades básicas e capacitações é uma análise mais completa para avaliar pobreza.

¹ Conforme Santos (2013) em 1998 o economista indiano Amartya Sen ganha o Prêmio Nobel de Economia e o motivo deve-se as suas contribuições para a nova compreensão para conceitos como miséria, pobreza e fome, em especial, do chamado Estado do Bem-Estar ou “*Welfare state*”. Entre diversas contribuições Sen também mostrou que o desenvolvimento de um país não está apenas ligado ao crescimento econômico medido por meio do Produto Interno Bruto (PIB), porém está imprescindivelmente ligado às oportunidades que este oferece a sua população para fazer escolhas e exercer a cidadania. O que equivale dizer que além dos direitos básicos como saúde, proteção, ou educação também garantias de direitos como segurança, habitação, liberdade e cultura .

1.4 Abordagem das Capacitações.

A abordagem das capacitações define a pobreza relativamente capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades, bem como fazerem respeitar os seus direitos analisando as diferentes fases de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos (LOPES, 2003).

As liberdades instrumentais que contribuem direta ou indiretamente, para a liberdade global que as pessoas têm para viver como desejariam, são as seguintes: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. São essas liberdades instrumentais que tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, e também têm o efeito de complementar umas as outras (SEN, 2000).

Amartya Sen, como já mencionado explora uma vertente particular do bem-estar e confirma suas vantagens em termos de habilidades dos indivíduos em realizar valiosas ações ou alcançar adequados estados de existência. Em especial, existe nesta abordagem uma preocupação com a liquidação da pobreza (KUKLYS 2005 *apud* SILVA, 2009).

Para Sen (2000) a pobreza deve ser vista como privação das capacitações básicas e não apenas como insuficiência de renda que é o critério tradicional de identificação da pobreza. Para o estudo da pobreza como “privações das capacitações” é de suma importância o entendimento a respeito de funcionamentos (functionings) e capacitações (capabilities).

Por “funcionamentos” entende-se que são as várias coisas que um indivíduo pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares como ser nutrido de uma forma adequada e livre de doenças evitáveis, além de atividades ou estados pessoais muito complexos como, por exemplo: poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (SEN, 2000).

A “capacidade” [capability] de um indivíduo consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ele. Desse modo, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou menos, formalmente expresso a liberdade para ter estilos de vida diversos) (SEN, 2000).

A capacitação de um indivíduo está ligada a vários fatores que vão desde aspectos pessoais até o contexto social. O funcionamento define-se como a concretização de um

objetivo. Por outro lado, a capacitação equivale à capacidade que o indivíduo tem de realizar o objetivo. Então, privação de capacitações seria a ausência de oportunidades para que estes funcionamentos possam ser realizados, de modo que o “conjunto de capacitações” seria todo o leque de possibilidades que os indivíduos têm a sua disposição para sua escolha (DINIZ e DINIZ, 2009).

Robeyns (2005) *apud* Porsse et al (2012) apontam que é por meio da abordagem das capacitações que as políticas públicas podem ser avaliadas, em sua análise deve-se avaliar seu impacto sobre as capacitações das pessoas. Por isso, o papel das políticas públicas é oferecer os meios e os recursos necessários apenas assim as capacitações dos indivíduos podem ser encontradas e em consequência elas atinjam seus funcionamentos tidos como valiosos. Isto é, as políticas públicas têm o papel de retirar os empecilhos da vida das pessoas, pois as mesmas irão ter mais liberdade para viver o tipo de vida que eles valorizam. Resumindo, para que os indivíduos possam participar ativamente da política é importante que os mesmo tenham acesso a uma educação de qualidade.

A atuação do setor privado no Brasil vem aumentando significativamente fazendo com que a concessão dos serviços de utilidade pública, parte de uma política nacional de desestatização. Além do grande quantidade de empresas de siderurgia e petroquímica vendidas, a inclusão de concessões de serviços públicos tantos nas áreas de telecomunicações como energia elétrica é expressiva. Com relação aos serviços de saneamento, embora a participação do setor privado seja inexpressiva, as concessões recentes merecem reflexão e cuidadosa análise a respeito das futuras consequências para o setor de saneamento do país (FARIA, FARIA e MOREIRA, 2005).

Os governos que se interessam na participação privada no setor de água e saneamento talvez tenha em mente uma série de objetivos: introdução de maior especialização técnico-gerencial e de nova tecnologia, melhoria da eficiência, construção de grandes projetos, redução do custo dos subsídios públicos ou sua reorientação para os pobres e melhoria da sensibilidade de resposta aos consumidores (PENELOPE e COWEN, 1997).

Bagolin (2005, p. 110) afirma que a abordagem das capacitações vem sendo muito utilizada:

A Abordagem das capacitações pode ser considerada uma das alternativas mais abrangentes no atual debate relacionado ao desenvolvimento. Esta abordagem tem sido usada com diferentes propósitos em estudos multidisciplinares nas mais

diversas áreas do conhecimento. Mesmo assim, as aplicações práticas e ou empíricas ainda são limitadas e passíveis de críticas e discussões. Não existe consenso a respeito de como operacionalizar a abordagem, ou de como avaliar políticas públicas implementadas a partir dos princípios da abordagem. Desta forma, a operacionalização e aplicação da abordagem ainda pode ser consideradas como dois aspectos restritos e que demandam esforços adicionais de pesquisa.

Porém, pesquisadores dizem que existe semelhança entre o enfoque monetário e abordagem das capacitações quando na verdade existe diferença na ênfase de cada abordagem. Na análise da renda leva-se em consideração o acesso aos bens monetários, por outro lado, a abordagem das capacitações tem como principal fundamento analisar a vida que as pessoas podem ter. E a partir desta ótica é relevante perceber se existe alguma possibilidade de os indivíduos de uma determinada comunidade terem uma vida digna (ALBUQUERQUE e CUNHA, 2012).

Conforme Mattos (2006) a abordagem das capacitações está em pleno processo de desenvolvimento de operacionalização. Uma série de fatores limitantes no que diz respeito é a não disponibilidade de dados adequados. Pois, a estrutura conceitual da abordagem das capacitações utiliza variáveis que até então não são investigadas por órgãos competentes como o IBGE. Já que a grande maioria dos estudos empíricos desenvolvidos sob lastro da abordagem das capacitações têm como base pesquisa de campo onde se conta com a coleta de dados. E apesar da contribuição dada por estes estudos para consolidação da abordagem são apenas pequenas áreas geográficas que possuem cobertura e o motivo são os altos custos demandados por este tipo de pesquisa, isto é, persiste a dificuldade de estudo com abrangência nacional.

Em resumo, diante do que foi exposto à pobreza deve ser vista não apenas como um fenômeno unidimensional (monetário), mas também como um fenômeno multidimensional (abordagem das capacitações e necessidades básicas). A análise da pobreza sobre os enfoques anteriormente citados é o objetivo desta monografia. O próximo capítulo irá demonstrar a pobreza no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, além de tratar de políticas públicas como o Programa Bolsa Família e sua influência no combate a pobreza.

CAPÍTULO 2

Pobreza no Brasil, Nordeste e em Pernambuco.

Neste capítulo será apresentado um breve histórico sobre a pobreza no Brasil, nordeste e em Pernambuco. O Capítulo está dividido em quatro seções, a seção 2.1 discorre a respeito da evolução da pobreza no Brasil e como ela vem diminuindo ao longo do tempo. A seção 2.2 demonstra a situação da pobreza no Nordeste e em Pernambuco e por fim a última seção 2.3 mostra como se deu o processo de evolução de programas sociais a partir da década de 90 e quais influências desses programas para redução da pobreza e melhorias no bem-estar social. Este capítulo também demonstra que é por meio dos resultados de indicadores monetários que a pobreza no Brasil é comumente mensurada.

2.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.

Há muito tempo o assunto pobreza vem sendo discutido no Brasil. Ainda no século XIX, existia um seleto grupo de intelectuais que já chamava atenção para as condições precárias de vida na qual parte da população vivia. No auge do regime de escravidão até o momento da promulgação da lei que proibiria a escravidão, essa atenção estava nas condições sub-humanas as quais os escravos eram obrigados a se submeterem. Porém, com a interiorização para as regiões Norte e Centro-Oeste e mais ocorrências de movimentos sociais ocorridos no Nordeste, outras parcelas da população passaram a ter interesse pelo assunto. Infelizmente, tais interesses não foram suficientes para dar a devida importância dentro da sociedade da época (LACERDA, PESSOTI e SILVA, 2013).

Para Lacerda, Pessoti e Silva (2013) não é fácil identificar em que período iniciou-se o estudo da pobreza no Brasil. Porém, o ponto de partida de maior destaque é o trabalho seminal do pernambucano Josué de Castro, intitulado “Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão ou ação” onde foi publicado pela primeira vez em 1946. Tal estudo levava em consideração as principais carências alimentares dos habitantes de todas regiões brasileiras,

também expõe as péssimas condições de vida à qual uma grande maioria destes habitantes estavam submetida.

A vivência de carências e privações decorrentes de miséria e pobreza acompanha a história humana. Seria razoável considerar a pobreza com certa naturalidade se a capacidade de produção fosse bastante limitada, mas não é o caso. A sociedade contemporânea desenvolveu técnicas capazes de produzir mais do que o necessário para suprir as necessidades de consumo básicas de toda a população. Produz uma diversidade enorme de bens, em escala nunca vista antes e sempre crescente. No entanto, a incapacidade distributiva persiste, motivo pelo qual milhões de pessoas sofrem privações em suas necessidades básicas, e outras inúmeras vivem carências de bens necessários ao seu bem-estar como alimentação de qualidade, roupas, moradia, educação e saúde (STORMOWSKI, 2011 p. 10).

Conforme Theodoro (2005) *apud* Silva (2009) com a abolição da escravatura o Estado não teve preocupação em absorver essa mão de obra, por outro lado, promovia-se a imigração da mão de obra européia que teve favorecimento por taxas e subvenções em detrimento da força de trabalho do Brasil. Estes fatores contribuíram para perpetuação da exclusão social, já existia um excedente de trabalhadores mesmo antes da abolição da escravatura. .

De acordo com Sposati (2003, p. 4) *apud* Yuata, Morcele e Santos (2004) a questão social era vista pelo Estado brasileiro até 1930 como um caso de polícia e tratada de forma repressiva. Os problemas sociais eram encobertos e vistos como casos excepcionais, algo raro. À pobreza seria resultado da disfunção pessoal dos indivíduos. Para atendimento dessas pessoas pobres existia uma rede de solidariedade da sociedade civil, em especial entidades religiosas. Enquanto a rede de solidariedade praticava assistência com gestos de benevolência e caridade, o Estado apenas apoiava essas ações.

Silva (2009) diz que a ideia de atendimento aos necessitados como função do Estado surgiu no Estado Novo (Era Vargas) mesmo assim em um sentido muito limitado. Pois, quando se tratava de proteção social para idosos ou incapacitados para o trabalho esta seria uma responsabilidade da família. Outras instituições tinham excelente papel na proteção social destas pessoas com atos de caridades como Igrejas, Santas Casas, Dispensários dos Pobres. Naquela época, as políticas trabalhistas estavam voltadas apenas à ideia de seguridade social. Pois, não existia consciência a respeito da cidadania, apenas direitos sociais voltados para os trabalhadores. Desta forma, todas estas características da época revelam que a assistência social estava voltada para o modelo bismarquiano que era de grande relevância.

Diante disso, um dos maiores desafios para os governantes brasileiros é mudar a histórica concentração de renda existente no país. Desde a origem da ocupação territorial por povos europeus no século XV já existia no país injustiças sociais e obstáculos ao exercício das condições mínimas de cidadania. O país é detentor de uma vasta extensão territorial produtiva e de muitos recursos naturais, assim não é justificável o fato de tantos indivíduos viverem em estado de pobreza absoluta (IZEPÃO, ALBUQUERQUE e FERNANDES, 2012).

O Brasil tem apresentado melhorias expressivas em seus indicadores sociais nos últimos anos, entretanto quanto à desigualdade de renda o Brasil ocupa posição de destaque internacional. Sendo assim, percebe-se a relevância de políticas governamentais voltadas para o combate à pobreza com desconcentração de renda, aumento de renda *per capita* e uma combinação de crescimento econômico com políticas sociais (IZEPÃO, ALBUQUERQUE e FERNANDES, 2012).

Stormowski (2011) afirma que atualmente uma das principais causas da pobreza no Brasil é a desigualdade (de renda, riqueza e educação). Assim, o problema da pobreza no país não é a ausência de recursos econômicos para erradicar a pobreza, o problema se encontra na alta concentração de recursos (renda, riqueza, educação e oportunidades). Enquanto na década de 1950 o foco era promover a modernização e o crescimento econômico com objetivo de tornar o país uma nação rica e moderna, por outro lado não se aprofundava em explicar de que modo ocorreria a distribuição dos recursos. Foi na década de 1960 que ocorreu a relação entre crescimento e distribuição. Nesse período a desigualdade é tema de grande importância, pois auxilia a explicar a pobreza no Brasil.

Foi no período (Pós-Segunda Guerra Mundial) que passou a ganhar força o pressuposto de que a principal forma de erradicar pobreza seria por meio do crescimento econômico. Países que fossem pobres ou em processo de desenvolvimento seria relevante promover a industrialização, criar mercados internos, expandir a renda, elevar investimentos em infraestrutura da capacidade produtiva, fortificar o mercado de trabalho assalariado, permitir o funcionamento das forças de mercado, enfim era necessário superar o atraso econômico característico destes países e assim levaria a superação da pobreza (LACERDA, PESSOTI e SILVA, 2013).

O Brasil nos anos 60 passou por um processo de expressivo crescimento econômico que contribuiu para reduzir significativamente o nível de pobreza. E esta redução só não foi maior devido ao elevado grau de desigualdade de renda. O principal meio de desenvolvimento na época era visto através de investimento em infraestrutura e capital físico. Em 1970 este crescimento econômico foi ainda maior, assim como também uma maior redução no nível de pobres, pois nesta época a concentração de renda já não era tão grande quanto na década anterior (LOPES, 2003).

Para Arbache (2003) os anos oitenta foi uma época de dificuldades econômicas e agravamento da situação das finanças públicas do país. Na chamada década perdida marcada por crise no balanço de pagamentos ocasionado pela Crise do Petróleo e Crise do México de 1982, os problemas inflacionários dominaram o redirecionamento das políticas públicas para o combate da alta de preços. Por outro lado, nada se fez para combater a pobreza. Apenas propagandas de programas de distribuição de cestas básicas e de leite foram às medidas tomadas em prol do combate à pobreza.

Carneiro e Bagolin (2012) destacam que o crescimento econômico pode ser descrito como um aumento contínuo do Produto Interno Bruto (PIB) esse aumento é tanto em termos globais ou em termos *per capita*, apesar de o PIB ser comumente considerado o melhor indicador de desempenho de uma economia. Mas, é perceptível que a distribuição do crescimento econômico não é feita de uma forma uniforme nem no espaço, nem entre as pessoas. Por conta disso, os impactos do crescimento sobre a população não é distribuído da mesma forma. Então, deve haver bastante cautela quando for analisar a melhoria do padrão de vida de determinado local em função do crescimento econômico, pois, pode mostrar informações que são superficiais e levar a conclusões precipitadas.

A década de 90 ficou famosa pela criação do Plano Real que promoveu uma queda na pobreza após a criação do plano de estabilização. Em 1995 observaram-se os menores índices de pobreza vistos na história do país, muito embora tal processo não teve continuidade. A partir de 1995 os indicadores para o país como um todo permaneceram relativamente constantes. O responsável por este acontecimento foi o comportamento conjuntural da economia e do desempenho geralmente fraco do mercado de trabalho. Em 2004 esta situação no comportamento da pobreza sofre modificações. Houve uma retomada na atividade econômica que contribuiu para uma queda consistente nos índices de pobreza e que a cada ano atingiram novos mínimos históricos (ROCHA, 2010).

Conforme Rocha (2006) os resultados de rendimento familiar *per capita* revelam redução na pobreza e indigência do país. Em 2004, a proporção de pobres no Brasil cai de 35,6 % em 2003, para 33,2 %, isto corresponde a 57,7 milhões de indivíduos pobres no ano de 2004, menos 2,4 milhões de pobres do que em 2003. No que se refere à proporção de indigentes passa de 10% para 8% corresponde 13,9 milhões de miseráveis em Setembro de 2004, menos 3,0 milhões de indivíduos miseráveis do que em 2003. Verifica-se que diminuíram dois pontos percentuais tanto na pobreza quanto na indigência, isto significa o melhor resultado desde o Plano Real.

No intervalo de 2004 a 2009 o número de não pobres aumentou de 29% para 42% no Brasil, desse modo aumentou de 52, 3 milhões para 77,9 milhões de indivíduos. No que condiz aos grupos de estratos extremamente pobres, pobre e vulnerável diminuíram em tamanho absoluto. Dentre os 26,6 milhões de brasileiros que saíram da pobreza e da alta vulnerabilidade, pelo menos uns 18, 3 milhões vieram dos estratos de renda mais baixa. Estes últimos foram estruturalmente impulsionados pela elevação de 28% na renda domiciliar *per capita* juntamente com a redução da desigualdade. Os 8,3 decorrem da diferença (OSÓRIO et al, 2011).

As principais alterações ocorridas no período de 2004-2009 possui ligação direta ou indireta com o aumento do bem-estar na dimensão da renda domiciliar *per capita*, visto que, dimensões como a educação não teve crescimento tão expressivo quanto à renda. O fator primordial para estas mudanças foram às políticas sociais com aumentos reais do salário mínimo e ampliação da cobertura, além do valor dos programas voltados para transferências de renda. (OSÓRIO et al, 2011).

Estes programas sociais têm alta importância para reduzir à concentração de renda. Medeiros (2003) afirma que a desigualdade no Brasil além de ser muito alta é bastante uniforme, logo é algo que está inerente à estrutura da sociedade brasileira, um problema que vem de muitas décadas. A uniformidade da desigualdade é bastante perceptível quando analisado o comportamento do Índice de Gini, sofre poucas variações.

De acordo com Paes de Barros et al (2007) a queda no nível de pobreza apenas acontece quando ocorre um aumento na renda dos mais pobres e são dois os fatores responsáveis por este aumento, o primeiro seria o crescimento econômico que aumenta a renda de todos os grupos de maneira equivalente e por fim o segundo seria queda na

desigualdade de renda, nesse caso eleva o nível de renda apropriada pelos mais pobres e há maior queda na dos mais ricos.

Enfim, como pôde ser visto é inerente à história do Brasil a desigualdade de renda. Às ações realizadas voltadas ao seu combate como programas assistências vêm proporcionando resultados positivos, pois, provocam uma maior distribuição de recursos e uma queda expressiva na pobreza e extrema pobreza, porém as políticas públicas também devem ser voltadas para outras necessidades básicas de modo que reduzam outras privações (saúde, educação, saneamento) que essa população carente sofre. Na seção abaixo (2.1) será discorrido a respeito da pobreza no Nordeste e em Pernambuco e a importância que políticas assistências têm para essas localidades.

2.2 Pobreza no Nordeste e em Pernambuco

O Nordeste brasileiro possui os maiores níveis de pobreza do país, uma vez que abriga quase metade da população pobre de todo Brasil. Além disso, a região permanece sofrendo com a seca que castiga uma parte significativa da região e agrava ainda mais a situação da população carente, em especial os que residem na zona rural (SILVA, 2009).

Os indicadores socioeconômicos mostram o atraso da região Nordeste em relação às demais regiões do país. Tal atraso leva a uma maior focalização das políticas públicas voltadas para esta região com o objetivo de reverter essa situação. É perceptível o elevado fluxo de recursos que tem como origem a União no Nordeste, em especial de programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família. E assim, é essencial a interferência estatal para resolver tais problemas socioeconômicos (LIMA e LIMA, 2012).

Mesmo havendo um movimento no Nordeste de “despolarização”, no que diz respeito às atividades da região Sudeste em prol da Nordeste, entre o período que compreende 1960-1990, após a criação da SUDENE, essa região ainda continua sendo a mais carente do Brasil (SOBEL, GOLÇAVES e COSTA, 2009).

Uma boa parte dos nordestinos sofre com condições naturais extremamente complicada. Dentre as dificuldades pode-se destacar a de não possuírem a sua disposição terras em tamanho e fertilidades adequados que viabilizem a sustentação das famílias, que pode ser tanto de um ponto de vista da segurança alimentar como a que impulse a

ocupação durante o ano todo de forma a gerar renda. Esses problemas na agricultura levam os agricultores familiares a cometerem práticas agrícolas que desgastam o solo e os demais recursos da natureza, o fazem porque não têm alternativa melhor o que ocasiona uma grande degradação e empobrecimento dos recursos naturais. Então, as famílias em busca de melhores condições de vida acabam migrando para outras regiões (LEMOS, BOTELHO e LEVY, 2010).

Desse modo, acarreta na formação de um ciclo de pobreza que não é fácil de ser rompido, entretanto, é necessário que aconteça o rompimento por meio de tecnologias adaptadas e adequadas que podem ser políticas públicas que levam ao acesso de ativos produtivos e sociais. Se estas medidas não forem tomadas os nordestinos irão à busca de melhorias em outras regiões mesmo sem saber se terão êxito em suas escolhas, mas saem na perspectiva de que pior do que a situação em que se encontram não vão ficar (LEMOS, BOTELHO e LEVY, 2010).

A pobreza na zona rural nordestina é agravada tanto pelo motivo de haver desigualdades na posse das terras, quanto pela instabilidade salarial provocada por empregos temporários (sazonais). Esta situação afetava 2,5 milhões dos 6,6 milhões de trabalhadores rurais do Nordeste em 1992. Com relação à forma como é usada a terra na região de acordo com INCRA nas propriedades de até 50 hectares de terra era predominante trabalhadores que exploravam a terra de forma direta, seja na condição de proprietário, parceiros ou outros sistemas. Por outro lado às propriedades com extensão de 200 ou mais hectares o que predominava era o trabalho assalariado ou algum sistema de parceria. Em época de seca esse modo de relações trabalhistas tem relevante significação, pois, podem ser desfeitas facilmente libertando os proprietários de terra de fazer manutenção de mão de obra (DUARTE, 2001).

Carvalho (2007) também afirma que o Nordeste ainda é a região do Brasil que possui os piores indicadores econômicos provocados pela pobreza econômica somada com muita concentração de renda. Por outro lado, nos últimos anos os índices de desigualdade de renda na região apontam melhorias, o motivo é um maior crescimento econômico e queda das diferenças sociais.

Baseado em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Carvalho (2007) ainda ressalva que a região Nordeste do país possui metade das famílias indigentes e pobres do Brasil. Ele indica que este é o motivo da metade dos beneficiados do Programa

Bolsa Família ser dos estados nordestinos. Dados da PNAD apontam que o Nordeste Possui (35,9%) de domicílios em que algum morador recebeu dinheiro de programas sociais esse percentual é o mais alto dentre as regiões do país. De acordo com a pesquisa realizada em 2006, uma em cada três famílias do Nordeste recebia o bolsa família. Quando analisada a pesquisa referente a 2004, a região já liderava o ranking de benefícios por domicílio, o índice era de 32%.

Com base no censo do IBGE de 2010 Manso et al (2011) afirma que no Brasil a proporção de extremamente pobres é de 8,53%, que contabiliza mais de 16,2 milhões de indivíduos. Quando analisado estes números para as regiões brasileiras percebe-se uma distribuição bastante desigual. Uma vez que a região Nordeste abriga pouco menos de 28% da população do país, mas abriga pouco mais que a metade dos extremamente pobres do Brasil (59%). Já o Sudeste, abriga mais de 42% da população brasileira, por outro lado, menos de 17% de sua população é extremamente pobre. Somando os indigentes da região Norte e Nordeste, estas duas regiões abrigam mais de 75% dos miseráveis do país. E o total de pessoas que vivem abaixo da linha de indigência no Nordeste chega a 18,10% de sua população, no Norte é um pouco menor 16,76%. Por outro lados na região Sul e Sudeste é aproximadamente 3%, Centro-Oeste 4%. Percebe-se assim as enormes diferenças regionais.

Com relação a Pernambuco, objeto de estudo desta monografia. O estado é tido como um dos mais pobres do país, tem uma elevada concentração de atividade econômica situada na Região Metropolitana do Recife, de forma que 60% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado aproximadamente estão nesta região. Apesar de que em 2004 foi apresentada uma alta no PIB significativa e também apresentava a 17ª melhor renda *per capita* nacional (R\$ 5.730,00) por outro lado tinha a terceira pior distribuição de renda do país, com um índice de Gini de 0,607 (SOBEL, MUNIZ e COSTA, 2009).

Porém, essa concentração de renda não pode ser justificada pelo motivo de uma grande parte do estado (88,84%) estar localizado no “polígono das Secas” essa área denominada desse modo é a parte do Nordeste que estar sujeita a estiagens recorrentes, em Pernambuco a situação é bastante delicada o polígono está em uma região onde é predominante a agricultura de subsistência, logo fica dependente de um regime irregular de chuvas. O que ocasiona uma falta de regularidade na geração de renda da população residente nesta região (SOBEL, MUNIZ e COSTA, 2009).

A pobreza na Região Metropolitana do Recife e do Brasil não é fruto apenas da má distribuição de renda aponta Santos e Mahmood (2013, p.1):

A pobreza urbana não é fruto apenas da má distribuição de renda e do grande contingente populacional nas grandes cidades brasileiras, mas é inerente ao próprio modelo de urbanização em voga. Na Região Metropolitana do Recife (RMR) esta pobreza sempre se fez presente e atuante, desde os *mocambos*, até as palafitas, mas também pelas ocupações sem-teto. Inúmeros programas habitacionais e de melhorias urbanas já foram implementados com vistas a suprir a enorme carência habitacional e a elevar as condições de vida das populações mais pobres. Porém, devido a sua concatenação ao modelo de mercado, a atuação desses programas nunca foi suficiente. As ineficientes tentativas de solucionar a questão da pobreza urbana e a consequente expansão dos espaços de precariedade socioeconômica da RMR na segunda metade do século XX passaram a exigir estudos e cartografias mais abrangentes, que procurassem compreender geograficamente e criticamente a pobreza urbana. Assim foi criado o Sistema de Informações Georreferenciadas dos Assentamentos Populares da RMR(SIGAP/RMR). Trata-se de um esforço pioneiro de identificação e compreensão da pobreza urbana em sua geograficidade.

Uma vez que existe muita diferença entre pobreza urbana e rural, é relevante o conhecimento dessas diferenças, pois, só assim medidas necessárias serão tomadas para o combate à pobreza. Os fatores que determinam a pobreza na zona rural nordestina por exemplo são: acesso a estrada para que a produção agrícola possa ser escoada, ausência de crédito rural, secas que ocasionam fome sazonal, água inacessível, baixa cobertura nos serviços de saúde. No que diz respeito a áreas urbanizadas, já são outros fatores que determinam a pobreza como por exemplo: o baixo grau de instrução materno, gravidez na adolescência, desemprego, violência e isolamento social, péssimas condições de saneamento e moradia, hábitos alimentares não saudáveis influenciados por propagandas (consumo diário de refrigerante, salgadinhos, refrigerantes) (SAWAYA *et al*, 2003).

Com relação ao crescimento populacional desde 1950 a população do estado de Pernambuco mais que duplicou passou de 3,4 milhões para 8,8 milhões em 2010. Esse crescimento populacional foi acompanhado com um enorme crescimento na urbanização ocasionado pelo rápido crescimento industrial e a modernidade da sociedade brasileira no período. O crescimento da urbanização pode ser claramente notado enquanto em 1950 apenas 34% da população habitavam a zona urbana do estado, em 2010 essa percentagem era de 80,1% do total. Mas, somente na década de 1970 que houve a confirmação da forte migração que estava ocorrendo da zona rural para urbana de acordo com o censo demográfico de 1970 a população urbana do estado passou de 2,3 milhões para 2,8 milhões (MONTEIRO NETO e VERGOLINO, 2014).

Monteiro Neto e Vergolino (2014) afirmam que de acordo o último censo (2010) a população do estado se encontra concentrada na região metropolitana, em especial na capital pernambucana. Enquanto a Região Metropolitana de Recife formada por 14 municípios passou a contar em 2010 com 3,7 milhões de habitantes, e o município de Recife com 1,5 milhão. No interior do estado importantes municípios como: Caruaru, Garanhuns, Serra Talhada, Petrolina, dentre outros abrigam em conjunto 1, 3 milhão de habitantes de acordo com o censo de 2010.

Com a criação do programa Bolsa Família e sua expansão muito expressiva pelo território nacional de forma que entre 2004 e 2012, 6,5 milhões de famílias eram beneficiadas, e em 2012 atingiu 13,9 milhões de famílias no país inteiro. No estado de Pernambuco o número de beneficiados aumentou expressivamente em 2004 saindo do total nacional de 7,9% (519 mil) passando em 2012 para 1,15 milhão (MONTEIRO NETO e VERGOLINO, 2014).

Conforme dados do Ministério de Desenvolvimento social² para o ano de 2015 em Pernambuco, o total de famílias inscritas no Cadastro único no mês de dezembro era de 1.837.981, distribuídas da seguinte forma: 1.086.169 com renda *per capita* familiar de até R\$77,00; 247.279 com renda *per capita* familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00; 331.246 com renda *per capita* familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo; 173.287 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo.

Em fim, é possível identificar que tanto no Nordeste e em Pernambuco existe elevada concentração de renda e essas desigualdades acarretam em uma maior intensificação da pobreza, apesar de haver queda ao longo do tempo ocasionadas por políticas governamentais, como as transferências de renda, a situação de ambas localidades está longe do ideal. A seguir serão abordado quais os principais impactos de programas sociais como o Bolsa Família na pobreza.

² Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/dados>>. Acesso em: 15.03.2016

2.3 Programas Sociais: Impactos na Pobreza

A fragilidade do sistema de proteção social no Brasil é histórico. Com a introdução de programas de transferência condicionada de renda ganha destaque em um projeto de lei de autoria do Senador Eduardo Suplicy de 1991, que visava instituir o Programa de Renda Mínima e mais tarde com a experiência adquirida com os programas e projetos de renda mínima foram essenciais para que fosse implantado o cadastro único (CADÚNICO) para os indivíduos beneficiários das políticas sociais, em 2001 (MAGALHÃES, BURLANDY e SENNA, 2007).

O projeto de 1991 previa que o programa geral de renda mínima deveria ser implantado sob a forma de um imposto de renda negativo, beneficiando todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos e que auferissem rendimentos brutos mensais inferiores a Cr\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil cruzeiros, a moeda corrente em 1991). Como, à época da elaboração do projeto vivia-se em um ambiente inflacionário, o projeto assinalava correção semestral do benefício concedido e o acréscimo real no mês de maio de cada ano equivalente ao crescimento real do PIB *per capita* (FARIA, 2002, p.30).

O Brasil passou a vivenciar a implantação de programas de transferências de renda condicionada na primeira década de 1990. Esses tipos de programas garantem uma renda mínima, porém exigem algumas contrapartidas dos indivíduos beneficiados. Foi em 1995 que se deu o surgimento de três experiências de renda mínima em municípios do Brasil foram as seguintes: a Bolsa Familiar para Educação, no Distrito federal, o Programa de Garantia de Renda Familiar mínima, em Campinas-SP e o terceiro foi o Programa de Garantia da Renda Familiar Mínima em Ribeirão Preto-SP. Esses programas eram voltados a famílias que possuísem crianças com idade inferior a 14 anos e as contrapartidas exigidas eram educacionais (MATTOS, 2011).

Em 1996 foi criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) este foi o primeiro programa federal de transferência de renda condicionada. Teve início nas carvoarias de Mato Grosso do Sul, o objetivo principal do programa era a retirada de crianças e adolescentes com idade entre 07 e 15 anos de trabalhos que fossem considerados perigosos, insalubres e degradantes. O benefício consistia em R\$ 25,00 para crianças e adolescentes da zona rural e no meio urbano o valor era de R\$ 40,00. Os indivíduos beneficiados tinham de se retirar do trabalho e deviam manter uma frequência mínima de 75% na escola e em ações socioeducativas durante o ano. O órgão responsável pelo PETI era a Secretária de Estado da Assistência Social (MATTOS, 2011).

No ano de 2001, com a aprovação pelo Congresso Nacional do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza são lançados os seguintes programas de transferência de renda por três ministérios diferentes: Bolsa Escola (Ministério da Educação), Bolsa Alimentação (Ministério da saúde), Auxílio Gás (Ministério de Minas e Energia). Em 2002 o Bolsa Família atinge cerca de cinco milhões de famílias beneficiadas, este número foi considerado recorde para aquele período (AZEVEDO e BURLANDY, 2010).

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que tem como foco indivíduos em situação de pobreza e de extrema pobreza que moram no Brasil. Ele foi criado pelo governo federal por meio da Lei n. 10.836/04 e fazia parte da estratégia Fome Zero que teve como foco principal assegurar a alimentação em quantidade e qualidade suficientes a indivíduos que têm dificuldades de acesso a alimentos (MATTOS, 2011).

Em 2003, as mudanças introduzidas no governo Lula incluíram à universalização do programa com objetivo de atender todas as famílias pobres sendo crianças ou não, essa medida foi aprovada por a maioria dos especialistas (ROCHA, 2009).

Para Tavares et al (2009) o Programa Bolsa Família possui as seguintes condicionalidades: realização de exames pré-natais (para gestantes); o acompanhamento médico periodicamente para atualização de vacinas e manutenção de peso e altura adequada, isto é válido para crianças de 0 a 6 anos, com relação a educação é exigido a matrícula regular e frequência maior ou igual 85% das aulas no ensino fundamental para crianças de 7 a 15 anos, já para os jovens as condições é frequentar no mínimo 75% das aulas em que possuem matrícula (ensino fundamental ou médio) .

Levy et al (2006) argumentam que é de suma importância às redes de proteção social para o combate a pobreza, porém é relevante a boa focalização. Também é preciso erradicar a pobreza, ou seja, que as famílias tenham possibilidades de satisfazer suas necessidades mais básicas.

Os programas de transferência de renda têm como objetivo aliviar a miséria e fome, bem como objetivam gerar impactos expressivos no desenvolvimento do capital humano. Por outro lado, é exigido as famílias beneficiadas as contrapartidas também conhecidas como condicionalidades como: a manutenção das crianças na escola, uso de serviços básicos de saúde bem como inserir os beneficiados em capacitações profissionais e deste modo gerando

emprego e renda, e assim gerando impactos positivos contribuindo para redução das desigualdades sociais (MAGALHÃES, BURLANDY e SENNA, 2007).

Os resultados do programa são percebidos quando analisado o período compreendido entre 1992-2009 houve uma expressiva diminuição na quantidade de indigente no país, enquanto em 1992 aproximadamente 31,6 milhões de indivíduos passavam fome, este número caiu para 15,7 milhões em 2009. Vale salientar que esse tipo de alteração foi maior a partir de 2003 com o governo Lula. No ano de 2002, aproximadamente 30 milhões de pessoas passavam fome no país, em 2009 este número caiu pela metade. Fruto de políticas voltadas para os mais carentes que teve como consequência a queda da fome no Brasil (ZIMMERMANN e SILVA, 2012).

Para Paes de Barros et al (2007) no que diz respeito a desigualdade de renda os anos entre 2001 e 2005 foram marcados por duas transformações desejáveis: houve crescimento na economia ainda que modesto e a desigualdade de renda teve uma queda bastante significativa. Um exemplo foi à queda no Índice de Gini de 4,6% de forma que tanto o crescimento como queda na desigualdade de renda foram relevantes para queda na pobreza e extrema pobreza ambas cairão cerca de 4, 5 %. O que se percebe neste intervalo de tempo é que ao contrário de outros episódios históricos em que a pobreza também teve queda significativa, porém dessa vez a principal força responsável por esta queda foi à redução na desigualdade e não o crescimento econômico.

Levy et al (2006) apontam que quando comparado o salário mínimo com o PBF, o salário mínimo é menos efetivo para o combate a pobreza e à desigualdade, em particular no que se refere ao combate à extrema pobreza. O Bolsa Família é 2,5 vezes mais eficiente que o salário mínimo para diminuir a pobreza e quase 7 vezes mais efetivo para diminuir a extrema pobreza. Portanto, com 40% dos recursos destinados a elevação no salário mínimo, o Bolsa Família supera a mesma redução de pobreza. Quando é a extrema pobreza esse percentual é apenas 15% dos recursos com gastos com elevação no salário mínimo para que possa ser atingida a mesma redução.

Diante do que foi dito, percebe-se que programas sociais como o Bolsa Família são de suma importância para queda no contingente de pobres e extremamente pobres no país, as pesquisas apontam para uma queda significativa e uma melhoria nas condições de vida dos beneficiados. As transferências de renda são fortes aliadas para diminuir privações como

educação, saúde e alimentação sofridas pela população beneficiada, mesmo que de forma indireta. No próximo capítulo será abordada a metodologia empregada nesta monografia.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Neste capítulo será abordado os procedimentos metodológicos utilizada para atingir o objetivo proposto que é analisar a pobreza no estado de Pernambuco sob o prisma da abordagem das capacitações e das necessidades básicas. Será realizado uma análise descritiva com base nos microdados das PNADs 2009 e 2013, além disto esses resultados serão comparados com os indicadores de pobreza monetária FGT(0), FGT(1) e FGT(2) estimados por Rocha (2013) os anos analisados também serão 2009 e 2013. Especificamente se pretende analisar na população das áreas rurais, urbanas e metropolitanas de Pernambuco para grupo de pobres e não pobres às condições de moradia, saneamento, educação, trabalho, demografia e renda e demonstrar que a pobreza não se limita apenas a renda. De modo a fazer uma comparação entre as duas abordagens, valendo-se dos resultados da análise descritiva para comparar com os resultados dos indicadores monetários.

3.1 Método de Estudo

O estudo utilizará métodos descritivos com base nos microdados da PNAD 2009 e 2013 para o estado de Pernambuco nas regiões³ rural, urbano e metropolitano. Visando observar se houve continuidade no trabalho iniciado por Lula e escolheu-se analisar o período de 2009 a 2013. Vale salientar que o ano 2009 foi o último ano do governo Lula e 2013 foi o penúltimo ano do primeiro mandato do governo Dilma.

Tendo como base a mesma metodologia adotada por Lacerda (2009)⁴, a análise descritiva será realizada para os pobres e não pobres de cada área analisada em Pernambuco. Tal metodologia tem como base a Abordagem das Necessidades Básicas e Abordagem das

³ Rural não metropolitano, urbano não metropolitano.

⁴ Ver Lacerda (2009)

Capacitações. Assim, foi realizada uma análise descritiva⁵ de seis dimensões (moradia, saneamento, educação, trabalho, demografia e renda) com objetivo de identificar a intensidade das privações sofridas por indivíduos destas regiões.

Os indicadores primários utilizados na análise descritiva são constituídos por seis dimensões, abaixo segue as dimensões e suas respectivas variáveis.

- a) Dimensão Moradia: material predominante no telhado (MATPAR); material predominante nas paredes (MATTEL); forma de iluminação (ILUMINA); condição de posse e ocupação do domicílio (DCOND) e o número de pessoas por dormitório (PESDORM).
- b) Dimensão Saneamento: esgotamento sanitário (ESCOAD); destino do lixo (LIXO); abastecimento de água do domicílio (DAGUA); Condições sanitárias do domicílio (DBANH).
- c) Dimensão Educação: proporção de alfabetizados no domicílio (PALFA); proporção de crianças na escola do domicílio (PCRIES); anos de estudo médio (ESTMED).
- d) Dimensão Trabalho: proporção de trabalho precário no domicílio (TPRECRIO).
- e) Dimensão Demografia: razão de dependência no domicílio (RDPEN)
- f) Dimensão renda: proporção de pobre por renda (POBREND).

A Dimensão saúde não faz parte da pesquisa da PNAD. E assim, foi escolhida variáveis de proxies para essa dimensão. Assim, para dimensão saúde, as variáveis selecionadas referem-se as existentes na dimensão saneamento (esgotamento sanitário, coleta de lixo, condições sanitárias e abastecimento da água) uma vez que a falta de acesso a esses serviços pode provocar sérios prejuízos a saúde.

A saúde é bastante relevante, pois, a pobreza e falta de saúde estão interligados. De modo que países pobres tendem a ter resultados de saúde piores quando comparados com

⁵ Resultados gerados pelo software SPSS

países menos pobres. E pessoas residentes nestes países pobres, sofrem de uma multiplicidade de privações que se traduzem em elevados problemas de saúde (WAGSTAFF, 2002).

Com relação à dimensão trabalho, o trabalho é considerado precário quando o indivíduo não é segurado da previdência social nem contribuinte de outro instituto de previdência. Para a dimensão demografia as pessoas com idade inferior a 14 anos ou igual ou superior a 60 anos foram definidas como dependentes. A última dimensão a ser analisada é a renda definida conforme a linha de pobreza de Rocha (2013), essas linhas de pobreza são diferenciadas conforme área censitária (metropolitano, urbano e rural).

Às variáveis presentes na análise descritiva podem ser identificadas na teoria da Abordagem das Capacitações e das Necessidades Básicas. Com a definição das variáveis, é preciso recodificá-las de forma que serão classificadas em ordem decrescente de privação. A categorização das variáveis é feita de forma que quanto maior a privação menor será o valor, isto é, as categorias de valor 1 são menos adequadas, ou seja, possuem a pior situação para aquele indicador ou variável, isto será válido para todas dimensões.

Um exemplo, é a variável “material predominante nas paredes” do domicílio, esta variável possui 7 categorias (1, 2, 3, 4, 5 e 9), de forma que a categoria 1 corresponde a parede de alvenaria (adequado), as categorias de 2 a 6 correspondem a outros tipos de materiais e a categoria 9 expressa os “sem declaração”, foi recodificado de forma que as categorias de 2 a 6 passa a ter valor 1, a categoria 1 passa a ter valor 2 e a categoria 9 como “*missings*” (ARAUJO, MORAIS e CRUZ, 2012).

Além da análise descritiva, será realizada uma análise com base no ponto de vista de insuficiência de renda. Para tanto prosseguimos com a metodologia de Foster, Gree e Thorbecke, utilizando os indicadores monetários FGT(0), FGT(1) e FGT(2) (1984) utilizada por Araújo e Silva (2013).

O primeiro índice, FGT(0), tem como função medir a proporção de pobres que é a proporção de indivíduos que possuem renda *per capita* inferior à linha de pobreza. O procedimento é feito da seguinte forma: dividi-se o numerador (q) que é a quantidade de pobres pelo denominador (n) que é o total da população, quando efetuados os cálculos o resultado varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não há nenhum pobre e 1, quando toda população é tida como pobre. Esse cálculo é feito logo após a determinação da linha de pobreza (CALDAS, 2012; SALAMA e VALIER, 1996; SANTOS, 2007).

Conforme Andrade (2011) a “proporção de pobres” é considerada a principal medida e a mais básica tem como propósito identificar qual a renda dos indivíduos. Após a definição dessa renda ou consumo mínimo, que é denominado como linha de pobreza o passo final seria classificar as pessoas como pobres ou não pobres baseado na renda que as mesmas possuem. Aqueles indivíduos com renda menor que esse mínimo necessário para viver de forma adequada são considerados como pobres. É com estes números que é criada uma medida relativa que irá representar a proporção deste grupo de pobres em relação à população total.

De acordo com Salama e Valier (1996), este índice tende a superestimar a real dimensão da pobreza nos países menos desenvolvidos, pois apenas leva em consideração a renda monetária. Para Sen (1976) *apud* Caldas (2012) este indicador viola dois axiomas, o primeiro é o da monotonicidade pelo fato de o indicador não se alterar caso venha ocorrer variações na renda, isto é, uma redução da renda para quem está abaixo da linha de pobreza ou então um aumento sem alcançar a linha de pobreza. A segunda violação diz respeito à transferência, pois o indicador não é sensível a uma distribuição de renda entre os pobres, e assim não se alterando quando há uma transferência de renda de um indivíduo pobre para um menos pobre. Porém, para Andrade (2011) mesmo com essas limitações essa forma de mensurar é bastante utilizada no Brasil.

A segunda medida também de insuficiência de renda conhecido como “hiato médio da renda”, FGT(1), é largamente usado para suprir a deficiência conceitual da “proporção de pobres” essa medida que calcula as diferenças entre a renda das pessoas e a linha de pobreza, e assim as expressa como média dos hiatos relativos da renda de todos os indivíduos da população. Configura-se em um indicador de quanto é necessário de recursos para eliminar a pobreza, ou seja, recursos suficientes para trazer todos os indivíduos com renda inferior à linha de pobreza para esse patamar de renda, no lugar de um indicador de pobreza propriamente dito (ANDRADE, 2011; CALDAS, 2012; COMIN e BAGOLIN, 2002).

A Principal limitação dessa medida possui relação com a extensão da pobreza. Esta medida indica somente o montante total de recursos que são necessários para erradicar a pobreza, porém não fornece informações relevantes para a identificação dos indivíduos que são considerados pobres e assim ocorre ineficiência nas políticas sugeridas por essa medida, visto que muitas vezes que as transferências em termos médios podem não satisfazer as necessidades específicas de cada pessoa (ANDRADE, 2011).

O terceiro índice é o Squared Poverty Gap, FGT(2) este na maioria das vezes é descrito como indicador de severidade da pobreza (quadrado de hiato da pobreza). Quando construído este indicador utiliza um peso maior para as pessoas mais pobres (o “gap de pobreza” é ponderado por si mesmo) leva-se em consideração a desigualdade de renda entre os mais pobres. Essa medida para calcular a pobreza foi elaborada por Foster, Greer e Thorbecke (1984) (CALDAS, 2012).

FGT (0)– é a proporção de pobres que mede o tamanho do número de pobres em relação à população total.

FGT (1) – este mede o hiato da pobreza como um déficit de renda.

FGT (2) – mede a severidade da pobreza e mostra quão desigual é a distribuição de renda dentre os mais pobres da população estudada, e assim dando maior relevância a estes últimos.

Os índices FGT são formados por a equação abaixo:

$$1) FGT(0) = \frac{q}{n}, \quad 2) FGT(1) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^1 \frac{z-y_i}{z}, \quad 3) FGT(2) = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^k \left(\frac{z-y_i}{z} \right)^2,$$

Onde: q é o número de pobres que são as pessoas que possuem renda *per capita* domiciliar menor que a linha de pobreza; n é o número da população; z é a linha de pobreza e y_i é a renda *per capita* da i-ésima pessoa.

Por fim, as linhas de pobreza utilizadas nesta monografia para análise descritiva foram estimadas por Rocha (2013), para classificar os indivíduos como pobres e não pobres de modo que quem estivesse abaixo da linha de pobreza é classificado como pobre e acima da linha de pobreza é classificado como não pobre (as linhas⁶ de pobreza na área metropolitana; urbana e rural com os seguintes valores respectivamente: R\$ 264,81; 159,52 e R\$ 96,22 em 2009 e R\$ 336, 09; R\$ 202,61 e R\$ 122,21 em 2013 respectivamente.). Os indicadores

⁶ Disponível em: <<http://www.iets.org.br/dado/tabulacoessobrepobrezaeindigenciadapnad2013>>. Acesso em: 15.03.2016.

monetários FGT(0), FGT(1) e FGT(2), serão analisado para os anos de 2009 e 2013 tais indicadores foram estimados por Rocha (2013).

CAPÍTULO 4

RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado os resultados da análise descritiva dos indicadores de pobreza baseadas na abordagem das capacitações e necessidades básicas, realizada conforme procedimentos metodológicos de Lacerda (2009).

4.1 Resultado da Análise descritiva

A primeira dimensão a ser analisada é a moradia. O melhoramento nas condições de moradia (pobres e não pobres) de Pernambuco pode ser notado no que se refere ao tipo de material predominante nas paredes (MATPAR), a categoria mais bem representada foi a 2 (alvenaria) considerada do tipo ideal, as melhorias foram distribuídas de maneira similar entre as áreas censitárias para os grupos de pobres e não pobres. Por meio dos dados da (Tabela 1) chegou-se a conclusão que na área rural pobre houve uma taxa de crescimento de 8,29 % no uso de alvenaria nos domicílios entre 2009 e 2013. Já quando analisada a área urbana e metropolitana pobre ocorreu um leve aumento no percentual de uso de outros tipos de matérias na parede de forma que entre 2009 e 2013 variou 0,2% e 0,1% respectivamente. No que concerne aos não pobres este resultado pouco variou entre os dois anos analisados, entre 2009 e 2013 houve um pequeno aumento de 0,4250% na utilização de alvenaria para região rural, aumento de 0,1002% para região urbana e uma queda de 0,1004% para região metropolitana. Em fim, para o ano de 2013 tanto os pobres e não pobres possuem um percentual acima de 94% de alvenaria nas paredes de seus domicílios.

No que se refere a variável (MATTEL) quase 100% dos domicílios pobres e não pobres possuem telha ou laje de concreto. De acordo com os dados da (Tabela 1) a taxa de crescimento entre 2009 e 2013 deste material nas residências do grupo pobres rurais e urbanos

foi respectivamente de 0,6036% e 1,5%, na região metropolitana se manteve constante. Já para o grupo de não pobres às variações foram ínfimas e praticamente 100% das residências possuem telha ou laje de concreto. No que diz respeito ao tipo de material predominante no telhado e nas paredes dos domicílios nas três áreas analisadas para o ano de 2013 acima de 95% das residências possuíam materiais adequados (alvenaria e telha ou laje de concreto) na estrutura dos seus domicílios.

Tabela 1 – Variáveis que compõem a dimensão moradia e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco – 2009/2013.

DIMENSÃO MORADIA		POBRE						NÃO POBRE					
		Rural		Urbano		Metropolitano		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
MATPAR	1 – Outros.	12%	4,7%	1,3%	1,5%	1,4%	1,5%	5,9%	5,5%	0,1%	0,3%	0,4%	0,3%
	2 – Alvenaria.	88%	95,3%	98,7%	98,5%	98,6%	98,5%	94,1%	94,5%	99,8%	99,7%	99,6%	99,5%
MATTEL	1 – Outros.	0,6%	0%	2,9%	1,4%	2,20%	2,2%	0%	0%	0,8%	0,6%	0,9%	1,1%
	2 – Telha ou laje de concreto.	99,4%	100%	97,1%	98,6%	97,8%	97,8%	100%	100%	99,1%	99,4%	99,9%	98,9%
ILUMINA	1 – outra.	2,7%	0%	0,2%	0,5%	0%	0%	1,20%	0,30%	0,1%	0%	0,1%	0%
	2 – Elétrica (de rede, gerador, solar).	97,3%	100%	99,8%	99,5%	100%	100%	98,8%	99,7%	99,9%	100%	99,9%	100%
DCOND	1 – Alugado, cedido por empregador, cedido de outra forma, outra condição.	20,5%	19,5%	32%	32,2%	23,7%	23,9%	19,8%	14,3%	24,1%	29,2%	23,2%	20,9%
	2 – Próprio, sem propriedade do terreno.	0,4%	0,8%	1,7%	1,6%	1%	1,2%	0,6%	0,5%	1,7%	1,9%	2,6%	1,8%
	3 – Próprio, com propriedade do terreno.	79,1%	79,7%	66,3%	66,2%	75,3%	74,9%	79,5%	85,2%	74,1%	68,9%	74,2%	77,4%
PESDORM	1 – Igual ou maior que 3.	17,5%	10,1%	16,1%	13,1%	14%	12%	4,5%	5,7%	3,7%	2,6%	1,8%	2,2%
	2 – Menor que 3.	82,5%	89,9%	83,9%	86,9%	86%	88%	95,5%	94,3%	96,3%	97,4%	98,2%	97,8%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

A variável iluminação dos domicílios (ILUMINA) foi a mais bem representada na dimensão moradia, a zona rural por ser considerada uma área de mais difícil acesso e menos recursos destinados a ela e mesmo diante de tais empecilhos para o ano de 2009 e 2013 acima de 97% dos pobres rurais e não pobres rurais tinham acesso a energia elétrica, enquanto os pobres rurais cresceram o acesso em 2,7% no período, os não pobres rurais decresceram

0,9109%. Para área urbana pobre teve uma pequena queda de 0,3015% e a região metropolitana se manteve constante nos dois anos em 100%. No que concerne ao grupo de não pobres o resultado também foi bastante semelhante. Os não pobres rurais, urbanos e metropolitanos como pode ser visto na (Tabela 1) possuem cobertura acima de 98% no ano de 2013. Estes resultados positivos é resultado do Programa Luz Para Todos.

Com relação à iluminação tem destaque O Programa Luz para Todos em Eletrificação Rural. Este programa foi criado no ano de 2003, pelo o Ministério de Minas e Energia (MME), tal programa coordenado pelo ministro de Minas, porém operacionalizado pela Eletrobrás e colocado em prática pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural. Os dados divulgados pelo programa a respeito da exclusão elétrica no país afirmam que 80% das famílias que não possuem acesso ao serviço elétrico estão na zona rural. Conforme os dados do Censo de 2000, aproximadamente 2 milhões de famílias da zona rural não possuíam acesso a eletricidade, uma população estimada em aproximadamente 10 milhões de habitantes, dentre estes 58% se encontravam na região Nordeste. Entretanto, com a criação do programa já foram beneficiados 13,6 milhões de indivíduos (MME 2011 *apud* BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Para Neves (2013) o objetivo do Programa Luz Para Todos era erradicar a exclusão de energia elétrica no país. Constatou-se que aproximadamente 90% dos domicílios que não possuem luz têm renda menor que três salários mínimos. Desse modo, o programa tinha o propósito de levar gratuitamente energia elétrica para mais de 10 milhões de indivíduos residentes na área rural. A meta foi cumprida, porém durante o desenvolver do programa foi verificada novas residências sem energia elétrica e em 2011 o programa foi ampliado e foi incluso no Programa Brasil sem Miséria.

Na variável condição de posse e ocupação do domicílio (DCOND) a categoria de melhor situação e com maior percentual nas três regiões é a 3 (próprio, com propriedade do terreno) o que significa dizer que a maioria da população detém a posse de seus domicílios. Conforme dados da (Tabela 1) no período analisado a área rural teve um aumento de 0,7585% no número de domicílios próprios com propriedade do terreno, já a área urbana e metropolitana sofreram leve queda de 0,1508% e 0,5312% respectivamente. Quando analisado o grupo de não pobres para esta categoria a área rural teve uma taxa de crescimento de 7,16% por outro lado a urbana teve um decréscimo de 7,07% e a área metropolitana houve um aumento de 4,31% em sua taxa de crescimento. Na categoria 1 (Alugado, cedido por

empregador, cedido de outra forma, outra condição) considerada como a pior situação quase não houve variações para o grupo de pobres. Já para os não pobres rurais houve uma melhora, a taxa caiu em 27,77% dos não pobres que moravam nesta situação, o urbano não pobre aconteceu um aumento de 21,16% se configura em uma piora e por fim os metropolitanos não pobres incorreram em uma melhora neste quesito, uma queda de 9,91%. Então, um percentual expressivo dos dois grupos, vivem em domicílios próprios e a área rural não pobre teve destaque neste período como citado.

Para Moraes, Carvalho e Rego (2013) com relação às condições de ocupação de moradia no país, está ocorrendo um constante crescimento da proporção de domicílios ocupados por seus proprietários, pois representavam 73,7% dos domicílios particulares permanentes no ano de 2009, e destes, 69,4% já eram quitados e apenas 4,3% estavam em processo de aquisição, programas do governo federal, como Minha Casa Minha Vida possui contribuição nestes resultados positivos.

Por fim, a variável número de pessoas por dormitório (PESDORM) possui certa disparidade entre os pobres e não pobres. Como pode ser visto na (Tabela 1) está situação é pior quando analisado no geral para o grupo de pobres. Mas, quando analisado os dados da variável (PESDORM) os pobres rurais, urbanos e metropolitanos tiveram uma melhora neste período de 2009 a 2013, um aumento de 8,96%, 3,57% e 2,27% respectivamente no quantitativo de domicílios com menos de 3 pessoas por domicílios. O grupo de não pobres possui menor adensamento habitacional como pode ser visto na Tabela (1), quando analisado o período houve um leve aumento de domicílios com mais de 3 pessoas para região rural, já área urbana e metropolitana sofreram queda de 0,011% e 0,4073% respectivamente.

Ao longo do tempo a densidade no interior das residências vem caindo consequência da queda nas taxas de fertilidade e elevação da quantidade de indivíduos morando sozinhos, chegando a alcançar 3,3 pessoas por domicílio e 1,7 por dormitório no ano de 2009. Agora, em termos relativos estas densidades são mais acentuadas na área rural, favelas e outros assentamentos, visto que estes locais possuem características socioeconômicas similares, como também nas regiões Norte e Nordeste do país, uma vez que é nestes locais que são comuns famílias mais numerosas e em condições habitacionais precárias (MORAES, CARVALHO e REGO, 2013).

Moraes, Carvalho e Rego (2013) ressaltam que a superlotação domiciliar é problema enfrentado por 2,6 milhões de domicílios brasileiros, o que significa dizer que estes domicílios têm mais de três pessoas por cômodos sendo utilizados como dormitório. Tais domicílios se encontram, em termos absolutos, na zona urbana (80,1%) e na região Sudeste do Brasil (42,1%), deste modo refletindo uma elevada concentração populacional e uma grande procura por solo urbanizado nestas áreas do país (MORAES, CARVALHO e REGO, 2013).

Em resumo, a dimensão moradia é bastante homogênea entre as três regiões. Grande parte dos domicílios possuía em suas paredes alvenaria e telha ou laje de concreto no telhado, bem como boa parte das residências era própria com propriedade do terreno e possuíam iluminação em quase totalidade. Apenas a variável PESDORM, possuía certa discrepância entre as regiões e os grupos analisados, de modo que a região rural pobre e não pobre possuía maior adensamento habitacional.

A dimensão saneamento diferentemente da dimensão moradia possui enormes disparidades quando comparada a região rural com a região urbana e metropolitana. Essa dimensão é composta por quatro variáveis: ESCOAD, LIXO, DAGUA, DBANH.

A variável esgotamento sanitário (ESCOAD) que considera a ligação do domicílio com fossa séptica bastante ausente na zona rural ou praticamente inexistente, como pode se verificar por meio dos dados na (Tabela 2). No grupo de pobres a área que teve uma maior taxa de crescimento de 15,5% foi a rural, avanço considerável apesar de deixar muito a desejar quando comparada com as demais áreas, a área urbana e metropolitana pobres obtiveram queda (piora) de 9,19% e 3,34% respectivamente. Para o grupo de não pobres a situação é bem melhor, a área rural teve um aumento de 40%, a urbana 9,07% e por fim a metropolitana 24%. No geral se observa que o acesso a esgotamento sanitário é mais precários para a área rural e especialmente para o grupo de pobres rurais. Todavia, apesar das discrepâncias é perceptível a melhoria que ocorreu na região rural para grupos pobres e não pobres.

Para Moura, Landau e Luz (2014) o esgotamento sanitário com condições inadequadas ou até mesmo com ausência de esgotamento encontra-se, especialmente em locais com maior concentração de agricultura familiar na zona rural. Deste modo, esta população está mais vulnerável a doenças como cólera, diarreia, esquistossomose, dengue, filariose, amebíase, febre tifoide, etc., então essa localidade demanda uma maior atenção por parte do setor

público, ações para o melhoramento nas condições sanitárias que proporcionará uma melhor qualidade de vida a população local.

Tabela 2 – Variáveis que compõem a dimensão saneamento e as suas respectivas categorias por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.

DIMENSÃO SANEAMENTO		POBRE						NÃO POBRE					
		Rural		Urbano		Metropolitano		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
ESCOAD	1 – Outros.	91%	89,6%	38%	43,7%	52,2%	53,8%	90,6%	86,8%	38%	32%	52,2%	40,7%
	2 – rede geral de esgoto ou pluvial, fossa séptica	9%	10,4%	62%	56,3%	47,8%	46,2%	9,4%	13,2%	62%	68%	47,8%	59,3%
LIXO	1 – Outros.	84,5%	80,7%	2,6%	1,2%	1,4%	8,2%	84,1%	75,3%	2,6%	1,4%	1,4%	3,2%
	2 – Coletado direta ou indiretamente.	15,5%	19,3%	97,4%	98,8%	98,6%	91,8%	15,9%	24,7%	97,4%	98,6%	98,6%	96,8%
DAGUA	1 – não possui água canalizada no domicílio.	64,6%	64,7%	4,7%	14,4%	1,7%	4,8%	53,7%	46,8%	4,7%	4,1%	1,7%	1,9%
	2 – água canalizada em pelo menos um cômodo, não proveniente de rede geral,poço ou nascente.	0,7%	0,8%	0,2%	0,7%	0,1%	0,3%	2,3%	4,9%	0,2%	0,2%	0,1%	0%
	3 – água canalizada em pelo menos um cômodo, proveniente de rede geral, poço ou nascente.	34,7%	34,5%	95,1%	84,8%	98,2%	94,9%	44%	48,3%	95,1%	95,7%	98,2%	98,1%
DBANH	1 – não possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.	37,3%	29,6%	0,3%	3,2%	0,3%	1,1%	21,2%	21,1%	1,3%	0,6%	0,3%	0,4%
	2 – possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, de uso comum mais de um domicílio.	1%	0%	0,3%	0,5%	0,3%	0,9%	0,4%	0,5%	0,5%	0%	0,3%	0,4%
	3 – possui banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade, de uso exclusivo do domicílio.	61,7%	70,4%	99,4%	96,3%	99,4%	98%	78,4%	78,3%	98,2%	99,4%	99,4%	99,2%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

Portanto é de grande relevância ações para o melhoramento dos serviços de esgotamento sanitário, visto que são essenciais para uma melhor qualidade de vida. Com a universalização dos serviços de esgotamento teríamos um impacto positivo na saúde pública, educação, trabalho e renda, imóveis e turismo para as comunidades de agricultores de subsistência. Outro ponto importante é que com a melhoria no esgotamento sanitário teríamos um incentivo à permanência dos moradores rurais no campo (MOURA, LANDAU e LUZ, 2014).

Assim, os problemas habitacionais e o déficit de saneamento ambiental têm sua maior concentração na zona rural, periferias das regiões metropolitanas, municípios de pequeno porte e nas áreas que tem como habitantes a população de baixa renda. É um dos desafios do poder público dever cumprir sua missão de garantir o direito ao saneamento ambiental e moradia adequada ao conjunto da população do país. Para tanto, é necessário políticas públicas com mais eficiência e eficácia e ampliar a atuação nos territórios e populações mais vulneráveis (MORAES, CARVALHO e REGO, 2013).

Com relação a variável destino do lixo (LIXO) também existe uma disparidade enorme na coleta do lixo entre a região rural, urbana e metropolitana. Tanto os domicílios pobres quanto os não pobres da zona rural não têm seus lixos coletados adequadamente, percentual acima de 75% destes domicílios em 2013, situação totalmente diferente para as demais regiões onde mais de 90% do lixo é coletado adequadamente (direta ou indiretamente). De acordo com os dados para o grupo de pobres rural e urbano houve aumento na coleta de 24,51% e 1,43% respectivamente e uma queda na coleta na área metropolitana de 1,82%. No grupo de não pobres a área rural sofre um crescimento de 55% e a urbana de 1,23% e neste caso a área metropolitana também sofre uma queda de 1,82%. O que se conclui é que quem reside na área rural tem acesso muito restrito a este tipo de serviço, mesmo com os avanços ocorridos.

A variável DAGUA representa o abastecimento de água no domicílio. Também é considerado um sério problema na região rural e isso é agravado com a parte rural pobre que se encontra no semiárido. Quando analisado o grupo de pobres a área rural é a que mais sofre com ausência de água. Para as três áreas analisadas houve pioras, a área rural sofreu queda no abastecimento de 0,5763%, a urbana queda de 10,83% e a metropolitana 3,36%. No grupo de não pobres há uma elevação na taxa de crescimento no abastecimento de água de 18,86% na área rural, a urbana também acontece um leve crescimento de 0,6309% e a metropolitana ocorre uma leve queda de 0,1018%. A região rural de Pernambuco sofre maior restrição no acesso à água tanto para o grupo de pobres quanto para o de não pobres, nas demais regiões o acesso é mais amplo. Na verdade esse problema ocorre, em especial, na parte do estado de Pernambuco que se encontra no Polígono das secas.

Levando em conta os investimentos feitos no estado de Pernambuco na área de recursos hídricos a transposição do Rio São Francisco está em destaque (R\$2 bilhões), o Sistema Pirapama (R\$550 milhões), abastecimento de água Caruaru e Petrolina (R\$ 229

milhões), obras do PAC 2 voltadas para água e esgoto (R\$320), ainda o Projeto Canal do Sertão, mas sem previsão de início das obras, no valor estimado de 3R\$ bilhões. O autor ressalta que de acordo com estudos do ANA (2010), haverá um investimento no semiárido brasileiro na ordem de R\$ 6,4 bilhões com objetivo de melhorar o sistema de abastecimento público de água. (BUAINAIN e GARCIA, 2013).

A última variável da dimensão saneamento é a (DBANH) também mostra que a ausência de banheiro é maior na zona rural, sobretudo para os pobres rurais, seguido pelos não pobres rurais, o que se pode notar é que nas demais áreas quase 100% dos domicílios possuem banheiro ou sanitário de uso exclusivo do domicílio. Apesar dos dados apresentarem melhorias tanto para o grupo de pobres e não pobres rurais de modo que houve crescimento de 14,10% e 12,75% respectivamente no acesso a banheiros nos domicílios entre 2009 e 2013, na região urbana e metropolitana pobre ocorreu uma queda de 3,1% e 1,4% respectivamente. No que diz respeito ao grupo de não pobres urbanos e metropolitanos houve um aumento de 0,22% e uma queda de 0,2012% respectivamente. Para esta variável as maiores privações se encontram nas áreas rurais para o grupo de pobres e não pobres.

Conforme analisado na análise descritiva da dimensão saneamento a zona rural tanto para o grupo de pobres como para o de não pobres é a que possui menor acesso a este tipo de serviço. É necessário mais investimentos nesta área, esse serviço é de grande importância para o melhoramento do bem-estar da população. Percebe-se que tanto pobres e não pobres sofrem privações dessa necessidade básica (acesso a saneamento) o que configura a importância de aprofundar a análise da pobreza para além da renda.

A primeira variável da dimensão educação é a PALFA. De acordo com a análise descritiva realizada com a variável PALFA a proporção de alfabetizados nos domicílios com mais de 15 anos pernambucanos também não é distribuída de uma forma homogênea nas três regiões analisadas, uma vez que na região rural se encontra uma grande concentração de analfabetos. Essa concentração na zona rural é alta entre pobres e não pobres. Analisando os dados da variável e levando em conta a categoria 2, que é o percentual de alfabetizados com mais de 15 anos e que apesar da área rural ter os piores percentuais para esta categoria entre 2009 e 2013 ocorreu um crescimento de 40,40% no percentual de alfabetizados com mais de 15 anos, houve também uma expressiva melhoria na área urbana um aumento de 29,27% e uma queda na área metropolitana de 1,18%. Para os não pobres também ocorreu melhoras, todavia menos significativas do que para o grupo de pobres, houve aumento de 19,10% na

área rural e 11,45% na área urbana e mais uma vez queda na metropolitana de 3,46% , as maiores privações para esta variável encontra-se na área rural dos dois grupos analisados. Porém, é perceptível as melhoras e investimentos por parte do governo.

Castro (2012) conclui baseado em dados da PNAD (1992-2009) que o analfabetismo é mais recorrente na população negra, nas áreas menos desenvolvidas e nas zonas rurais. Tem alta concentração na população que possui baixa renda e quanto mais velha for a população maior o contingente dos analfabetos. Assim, é de suma importância expandir o acesso a cursos voltados para jovens e adultos, pois proporcionará o aumento da escolaridade média da população do país.

Exemplos de programas com objetivo de combate ao analfabetismo é o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), programa voltado para educação de jovens, adultos e idosos destinados a municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25% da população de 15 anos ou mais de idade, 90% dos municípios que atendem estes critérios localizam-se no Nordeste, mais especificamente no Semiárido Brasileiro. De acordo com dados preliminares do PBA indicam a existência de 1,1 milhão de pessoas sendo alfabetizadas distribuídas em 97,2 mil turmas (MEC 2011*apud* BUAINAIN e GARCIA, 2013).

Quando analisada a história do analfabetismo no país, observa-se que o motivo para os programas não alcançarem os resultados esperados é pela descontinuidade nas ações com trocas de governo ou de cargos políticos, ou até mesmo por falta de investimentos ou então por ações tanto governamentais quanto privadas, pois tratam o tema como efeito de múltiplos problemas sociais e por fim tem o desinteresse de uma alfabetização para jovens e adultos que não seja a de ler e escrever palavras ou frases simples (MORAES, 2015).

Tabela 3 – Variáveis que compõem a dimensão educação e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoa residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.

DIMENSÃO EDUCAÇÃO		POBRE						NÃO POBRE					
		Rural		Urbano		Metropolitano		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
PALFA	1 – Menor que 1	65,5%	51,7%	51,5%	37,3%	24,2%	25,1%	61,8%	54,5%	35,4%	27,9%	13,5%	16,5%
	2 – Igual a 1	34,4%	48,3%	48,5%	62,7%	75,8%	74,9%	38,2%	45,5%	64,6%	72,0%	86,5%	83,5%
PCRIES	1 – Menor que 1	4,4%	6,3%	8,2%	6,6%	4,1%	4,1%	2,7%	2,7%	2,6%	2,2%	2,4%	0,5%
	2 – Igual a 1	95,6%	93,7%	91,8%	93,4%	95,9%	95,9%	97,3%	97,3%	97,4%	97,8%	97,6%	99,5%
ESTMED	1 – Menor que 5 anos.	78,6%	67,1%	61,8%	52,2%	33,3%	31,6%	67,5%	58,9%	38,5%	32,7%	13,7%	16,6%
	2 – Igual ou maior que 5 e menor que 9 anos.	18,8%	29,2%	31,6%	35,2%	44,2%	39,6%	25%	33,8%	33,7%	30,3%	28,5%	31%
	3 – Igual ou maior que 9 e menor que 13 anos.	2,5%	3,7%	6,5%	12,4%	22,1%	28,3%	7,5%	7,3%	24,5%	30,4%	45,8%	42,6%
	4 – Igual ou maior que 13 e menor ou igual a 15 anos.	0,1%	0%	0,1%	0,2%	0,4%	0,6%	0%	0%	3,3%	6,5%	11,9%	9,8%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

A variável proporção de crianças na escola ou creche (PCRIES) tem como objetivo analisar a proporção de crianças que frequentam escola ou creche no domicílio. No período analisado houve grandes avanços na inserção de crianças na escola isso graças aos investimentos por parte do governo no ensino fundamental. Esse investimento foi distribuído de modo homogêneo. Pois, ao se analisar o ano de 2013 acima de 93% das crianças frequentavam escola ou creche nas três regiões para os dois grupos.

Existem diferenças na verdade nos três níveis de ensino. Pois, em termos absolutos ocorreu queda no ensino fundamental no país inteiro caindo de 35, 7 milhões de pessoas atendidas no ano de 2000 para 29,7 milhões em 2012. Por outro lado, no estado de Pernambuco houve um aumento na oferta de educação infantil de 274, 3 mil matrículas em

2000 para 315 mil em 2012, no ensino médio também ocorreu um acréscimo de 353,6 mil em 2000, para 392,4 mil em 2012 (MONTEIRO NETO e VIRGULINO, 2014).

A última variável a ser analisada na (Tabela 3) é a ESTMED anos de estudo médio no domicílio de indivíduos com idade maior ou igual a 18 anos. É notável um percentual muito alto de indivíduos que não concluíram os anos de estudos iniciais na zona rural, em 2009, 78,6% dos pobres e 67,1% dos não pobres, em 2013 por outro lado este percentual apresenta quedas passando para 67,1% para os pobres rurais e para não pobres ocorre uma queda para 54,9%. Com relação às taxas de crescimento para o grupo de pobres rural, urbano e metropolitano ocorreu queda de 10,81%; 15,53%; 5,10% respectivamente no quantitativo de pessoas com menos de cinco anos de estudo. No grupo de não pobres também ocorreu queda, porém em proporção maior que o grupo de pobres. A queda para as áreas rurais, urbanas e metropolitanas foi de 12,74%; 15,06%; 21,16%. Na categoria 4 (escolaridade igual ou maior que 13 anos ou menor ou igual a 15 anos) percebe-se que é ínfimo o percentual de indivíduos com estes anos de estudo, apenas na região urbana e a metropolitana não pobre possuem percentuais consideráveis. Do mesmo modo que variável (PALFA) a maior restrição à educação se encontra na zona rural, mas percebe-se melhorias no período analisado.

Moraes (2015) de acordo com dados do IBGE (Censo 2010) afirma que o país com uma população de mais de 190 milhões de indivíduos apresenta um contingente de aproximadamente 58 milhões de pessoas que possui mais de 18 anos que não frequentam escola e que possuem ensino fundamental incompleto. O autor diz que apesar do Governo Federal ter feito investimento de R\$ 3 bilhões para alfabetização de adultos o resultado ainda não foi satisfatório, porque entre 2000 e 2010 contingente de analfabetos é significativo.

Com relação ao nível superior vários programas foram criados para incentivar o ensino universitário, dentre eles o Programa Nacional de Ensino Técnico em Emprego (PRONATEC) criado em 2011 e tem o propósito de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos voltados para Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para população brasileira. O programa Ciências sem Fronteira tem o propósito da utilização de bolsas de estudo com finalidade de promover intercâmbios, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) têm como objetivo expandir o acesso e a permanência na educação superior, a Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como foco ampliar e interiorizar oferta de cursos e programas de educação superior, através da modalidade educação à distância (EAD). O Programa Universidade para Todos (PROUNI)

cuja finalidade é conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior (NEVES, 2013).

Assim, por meio desta dimensão é notável que o governo tem investido fortemente no setor da educação, mas que ainda tem muito a ser feito. A educação ainda não chegou para todos, em especial para os indivíduos residentes no meio rural pobres e não pobres.

Uma dimensão de grande importância é a dimensão trabalho. O trabalho é considerado em situações precárias se o trabalhador não for contribuinte de instituto de previdência e não segurado da previdência social, desse modo considerado em situação precária de trabalho.

Tabela 4 – Variável que compõem a dimensão trabalho e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.

DIMENSÃO TRABALHO		POBRE						NÃO POBRE					
		Rural		Urbano		Metropolitano		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
TPRECARIO	1 – Precário	92,6%	76,1%	77,3%	79,7%	62,8%	19,6%	83%	82,4%	68,2%	58,6%	50,5%	50,5%
	2 – Não Precário	7,4%	23,9%	22,7%	20,3%	37,2%	80,4%	17%	17,6%	31,8%	41,4%	49,5%	49,5%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

De acordo com a análise descritiva da variável proporção de trabalho precário TRECARIO (Tabela 4) as três regiões possuem altos percentuais de condições de trabalho precário, sobretudo a zona rural e urbana da população pobre e não pobre. Em 2009 apenas 7,4% dos pobres rurais tinham boas condições de trabalho este percentual passou para 23,9% em 2013 uma melhora muito expressiva, já para os pobres urbanos houve uma variação negativa de 2,4% é uma região que também tem um número expressivo de pessoas em condições de trabalho precário, na região metropolitana pobre já se ver melhorias. Para os não pobres rurais, urbanos e metropolitanos estas condições são bem melhores com as respectivas variações positivas 3,52%, 30,18% e 0%.

Para Ferradas (2005) uma das formas de manifestação da pobreza é por meio do desemprego, entretanto constitui também o motivo da mesma. Visto que a ausência de acesso a uma renda constante e a um trabalho que possua acesso à seguridade social, contrato formal,

férias, entre outros, que geram carências caso sejam persistentes vem a se converter em uma situação de pobreza. Ocasionalmente a situação de pobreza faz com que muitos indivíduos deixem de lado a educação escolar ou universitária, uma vez que tem que dar prioridade ao trabalho para poder garantir o sustento do lar, deste modo esta camada da população que não tem acesso a uma educação melhor, não terá assim acesso a melhores trabalhos e salários futuramente.

Para Lacerda (2011) a ausência de proteção a situações incapacitantes ao trabalho é tida como um risco à incidência de pobreza, quando os indivíduos estão sem trabalho não tem o direito de receber auxílio que substitua a sua remuneração laboral.

Coforme Lacerda, Araújo e Campos (2013) uma das características das atividades econômicas de remuneração baixa é a informalidade, tal atividade é predominante no Nordeste o que justifica o alto percentual de trabalhadores na região em condições de trabalho precário. Uma vez que a ausência de garantia contra riscos sociais (incapacitantes do trabalho) que pode atingir os indivíduos ou até mesmo os que com ele convivem na residência é um dos fatores principais que comumente agrava a sua vulnerabilidade à pobreza.

A dimensão demografia também é composta por uma variável apenas, que é a razão de dependência no domicílio (RDPEN), essa variável, é a razão entre o total de pessoas dependentes e não dependentes (dependentes são pessoas com idade com menos de 14 anos ou maiores de 60 anos).

Dentre as áreas analisadas a região metropolitana possui o menor número de dependentes seguido pela região urbana, já a área rural é quem tem o maior número de dependentes. Entre 2009 e 2013, a razão de dependência nas áreas analisadas (rural, urbano e metropolitano) para o grupo de pobres decresceram 15,9%, 9,43% e 1,34% respectivamente. No caso do grupo de não pobres houve um aumento de dependentes de 3,64%, 3,49% e 14,11% respectivamente.

Para Lacerda (2009) o que justifica a região metropolitana ter o menor percentual de dependentes se dá por questões econômicas, uma vez que a região metropolitana é um atrativo para quem estar em busca de emprego já que estes indivíduos que estão em idade ativa são em sua maioria oriundos do interior do estado. O meio rural como tem pouco dinamismo econômico provoca um maior fluxo de pessoas para região metropolitana, em busca de melhores condições de emprego. A maior parcela que reside nestas regiões é constituída por

crianças e idosos. Isso de certa maneira é a justificativa para estas regiões ter o maior percentual vivendo em domicílios com alta situação de dependência.

Tabela 5 – Variáveis que compõem a dimensão demográfica e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.

DIMENSÃO DEMOGRÁFICA		POBRE						NÃO POBRE					
		Rural		Urbano		Metropolitano		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013	2009	2013
RDPEN	1 – Dependente	40,4%	30,9%	29%	22,3%	18,5%	19,6%	17,8%	14,8%	14,1%	11,1%	7,9%	20,9%
	2 – Independente	59,6%	69,1%	71%	77,7%	81,5%	80,4%	82,2%	85,2%	85,9%	88,9%	92,1%	79,1%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

Para Rocha (1995) a pobreza possui forte associação com o tamanho e estrutura familiar. Uma vez que, famílias numerosas, que têm crianças menores de 10 anos acabam formando um grupo de risco: pois, a relação entre número de ocupados/total de pessoas na família (taxa de independência) é um indicador que torna possível captar de maneira sucinta várias características adversas que possuem associação com a pobreza.

A dimensão renda também é composta por uma única variável POBREND (Tabela 6) e compõe a última dimensão a ser analisada na análise descritiva. Neste trabalho, esta variável foi definida com base nas linhas de pobreza calculada por Rocha (2013).

Quando analisada a pobreza pelo critério renda nas regiões rural, urbana e metropolitana é identificado que a região metropolitana possui os maiores percentuais de pobreza nos anos analisados, diferentemente da região urbana e rural. Em 2009 na área rural o percentual de pobres era de 33% passando para 22,7% o que configura uma queda de 31,21%. Na área urbana no ano de 2009 o percentual era de 35,8% passando para 21,7% em 2013, decréscimo de 39,38% no contingente de pobres. Por fim, na região metropolitana para o ano de 2009 o percentual era de 43,7% passando para 28,8% sofrendo uma queda de 34,09%. O que se conclui é que dentre as áreas analisadas a que sofreu maior queda no contingente de pobres foi a urbana, seguida da região rural, a região metropolitana também sofreu uma queda expressiva, mas continua sendo a região de Pernambuco que possui o maior percentual de indivíduos pobres.

Lacerda (2009) afirma que o motivo para que a pobreza seja menor na área rural do que nas demais áreas deve-se a dois motivos: valor da linha de pobreza inferior quando comparada áreas metropolitana e urbana, esse valor é justificado pelo fato dessa área possuir custos mais baixos de despesas alimentares e não alimentares. O segundo fator é a elevação da renda, em virtude da ampliação no número de beneficiários das aposentadorias rurais de forma que contribui para que os indivíduos ultrapassem a linha de pobreza. O autor comenta que quedas significativas na pobreza urbana se deve apoio de programas governamentais como o bolsa família.

Tabela 6 – Variável que compõem a Dimensão Renda e as suas respectivas categorias, por percentual de pessoas residentes na área Rural/Urbano/Metropolitano – Pernambuco- 2009/2013.

DIMENSÃO RENDA							
		Rural		Urbano		Metropolitano	
		2009	2013	2009	2013	2009	2013
POBREND	1 – Pobre	33%	22,7%	35,8%	21,7%	43,7%	28,8%
	2 – Não pobre	66,9%	77,3%	64,2%	78,3%	56,3%	71,1%

FONTE: Elaboração própria, com base em dados da PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

Por meio da análise descritiva percebeu-se que a população, em especial da zona rural sofre de insuficiência das necessidades básicas. Apenas a dimensão moradia possui resultado semelhante para todas áreas e grupos estudados, uma boa parte da população rural pernambucana sofre com a falta de acesso de serviços como educação, saneamento, condições de trabalho, maior dependência entre membros da família. No que diz respeito às áreas urbanas e metropolitanas estas privações são em menores proporções.

Os indicadores de pobreza monetária analisados no próximo capítulo foram estimados por Rocha (2013), os anos objeto de análise serão 2009 e 2013.

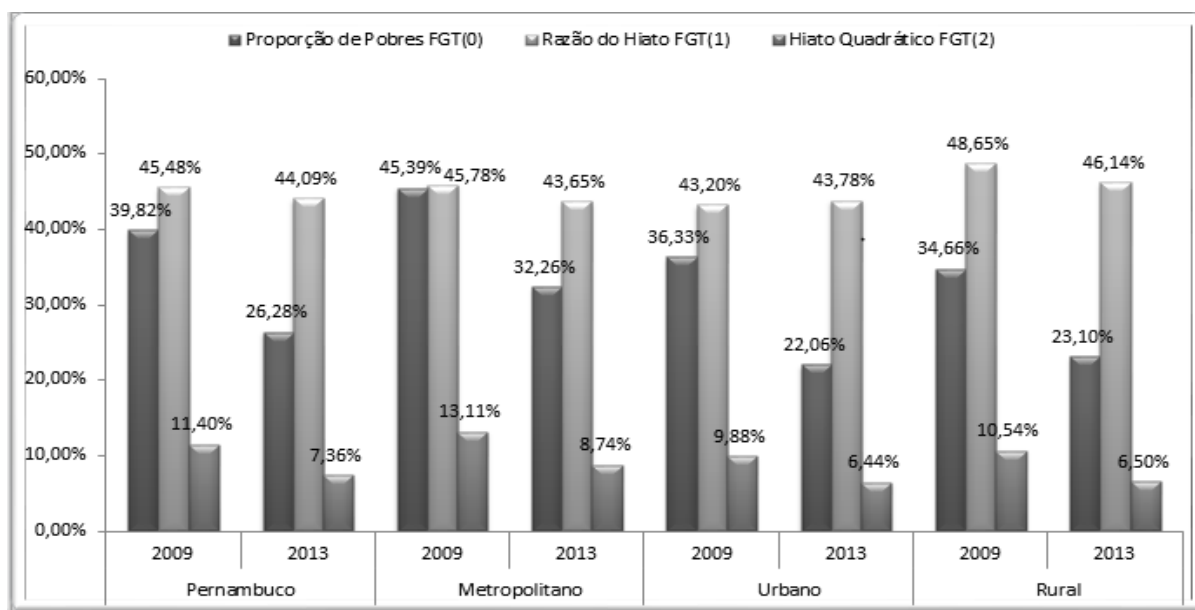
CAPÍTULO 5

Indicador de Pobreza Monetária (Foster, Gree e Thorbecke).

5.1 Análise do indicador FGT (0), FGT (1) e FGT (2), Estimado por Rocha (2013)

Os indicadores FGT variam de 0 a 1, de maneira que quanto mais o resultado se aproximar de zero menor será o contingente de pobres. O Gráfico 1, apresenta os indicadores FGT (0), FGT(1) e FGT(2) para os anos 2009 e 2013. Ele mostra uma comparação entre a evolução dos indicadores para estes respectivos anos para o Estado de Pernambuco, área metropolitana, urbano e rural.

Gráfico 01 – Índices FGT(0), FGT(1) e FGT(2)-segundo área metropolitana e situação censitária (não metropolitana) – Pernambuco-2009/2013.



FONTE: Elaboração própria, com base em dados Rocha (2013) PNAD/ IBGE, para os anos 2009 e 2013.

O que se pode observar de acordo com os dados do Gráfico 1, é que dentre as regiões analisadas nos dois anos à que possui uma maior proporção de pobres é a metropolitana que foi de 45,39% em 2009, passando para 32,26% em 2013 (Δ 13,13%) para menos, chegando a superar a média estadual que foi de 39,8% e 26,2% para 2009 e 2013 respectivamente (Δ 13,6%) para menos. Quando observado a proporção de pobres para a área rural e urbana, a proporção de pobres é semelhante para os dois anos, de modo que em 2009 esta era de 34,66% para área rural e 36,33% para área urbana, em 2013 as duas áreas sofreram uma queda nestes percentuais 11,56% e 14,68% respectivamente. Assim, de acordo com o indicador FGT (0), a proporção de pobres para os anos analisados é maior para região

metropolitana (Recife) e menor para área rural e urbana, esses resultados corroboram com a variável POBREND da análise descritiva, de forma que a região metropolitana é quem possui maior proporção de pobres, apesar de ter ocorrido quedas expressivas nas três regiões.

Rocha (2006) baseada em dados da PNAD analisa a proporção de pobres e indigentes entre 2003 e 2004 e nota uma queda na proporção de pobres e para ela os fatores determinantes foram: Criação de postos de trabalho, redução na desigualdade de rendimentos, comportamento favorável dos preços alimentícios, forte expansão dos benefícios assistenciais, o aumento da cobertura e do valor dos benefícios e dos programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo. O autor também afirma que nesse período houve uma queda sustentada na proporção de pobres e indigentes nas áreas rurais brasileiras juntamente com a queda na população rural, isso faz com que a pobreza e indigência no Brasil seja crescentemente fenômenos urbanos e metropolitanos, porém ressalta que essa população (rural) deve ser alvo das políticas públicas, pois além de possuir condições críticas de renda têm a falta de acesso a serviços considerados básicos.

Observando o comportamento de FGT (1) também conhecido como hiato da renda média ou intensidade da pobreza, como já foi dito o FGT (1) é um indicador utilizado para saber o quanto será necessário de recursos para eliminar a pobreza. O que se pode observar para este indicador é que nas três regiões analisadas e comparadas com a média estadual os percentuais são semelhantes, pois, variam entre 43% e 48,65%. Porém, dessa vez dentre as regiões analisadas a região rural é a que tem maior representatividade, chegando a ultrapassar a média estadual, possui o maior valor, em 2009 e 2013 respectivamente era de 48,7% e 46,1%, ($\Delta 2,6\%$) pequena queda. As regiões urbana e metropolitana esses valores são de 43,20% e 43,78% e 45,78% e 43,65% em 2009 e 2013 respectivamente. Deste modo o *gap* mais elevado se encontra na área rural, ou seja, possui a maior distância entre a linha de pobreza. Então, o indicador é FGT (1) revela que a pobreza é mais intensa na área rural de Pernambuco, e ultrapassa a média estadual para os dois anos, todavia as demais regiões também possui este indicador alto.

O índice FGT (2) conhecido como índice de severidade de pobreza, mensura a desigualdade existente entre os pobres. O que se identifica entre as três regiões analisadas é que a área que possui maior FGT (2) é a metropolitana, entre 2009 e 2013 respectivamente os percentuais eram de 13,11% e 8,74%, queda de 33,33%, para área rural e metropolitana respectivamente esses percentuais eram de 10,54% e 6,50%; 9,88% e 6,44% o que configura

uma queda de 38,33% e 34,81%. Conclui-se que a região metropolitana possui maior desigualdade entre os pobres, ou seja, a pobreza é mais severa para esta região. No que diz respeito às demais regiões, a região rural é que sofreu a maior queda no indicador, seguida por a urbana e possuem valores semelhantes para o ano de 2013, 6,50% e 6,44% respectivamente, logo possuem menor desigualdade entre os pobres.

Conclui-se que a pobreza conforme análise dos indicadores FGT (0), FGT (1) e FGT (2) é maior na área metropolitana, o que se pode identificar para os anos analisados é que esta região possui maior proporção de pobres e severidade da pobreza. Por outro lado as regiões urbanas e rurais é que detêm os menores valores para os indicadores FGT (0) e FGT (2), apenas o indicador FGT (1) que possui resultados semelhantes para as três regiões analisadas, de modo que a região rural é quem possui maior valor para este indicador, mas de um modo geral os valores são próximos entre as três regiões.

Quando comparada as duas análises é notável que a zona rural de Pernambuco sofre com maiores ausências de necessidades básicas, por outro lado, a região metropolitana possui um maior acesso a estas necessidades, mas possui maior pobreza monetária. Assim, percebe-se que o acesso as necessidades consideradas básicas não são distribuídas de forma homogênea entre as regiões estudadas, do mesmo modo ocorre com a renda. Então, classificar uma pessoa como pobre ou não pobre levando em conta apenas o critério renda incorre-se no risco de se subestimar o real tamanho da pobreza.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta monografia, a pobreza foi analisada sob o enfoque da abordagem das capacitações e das necessidades básicas e comparado com indicadores monetários. A análise foi realizada para os anos de 2009 e 2013, visando demonstrar que a pobreza não deve ser vista apenas pelo ponto de vista monetário, isto é, é relevante englobar outros tipos de necessidades básicas para classificar o indivíduo como pobre ou não pobre. Para a teoria das necessidades básicas o crescimento econômico não pode ser considerado condição suficiente para que a pobreza venha a ser extinta, é preciso considerar necessidades como educação, saneamento, saúde, nutrição, trabalho e abordagem das capacitações traz contribuições importantes para a teoria do bem-estar social e para a teoria do desenvolvimento socioeconômico.

No período analisado (2009 e 2013) foi identificado melhoras para as três regiões analisadas, tanto para pobres e não pobres. Estas melhoras ocorreram tanto do ponto de vista das necessidades básicas quanto monetário. Porém, as melhoras identificadas não são distribuídas de maneira homogênea entre as regiões estudadas, em especial no que diz respeito acessibilidade às necessidades básicas por região rural pobre e não pobre.

A população rural pobre possui elevada discrepância quando comparada com as regiões urbana e metropolitana no que diz respeito ao acesso a serviços como saneamento, esta dimensão é a que apresenta maiores diferenças entre as áreas analisadas, a população rural tem limitado acesso a esgotamento sanitário, coleta de lixo, banheiro no domicílio e água canalizada. A educação apesar de ter apresentado melhoras no período analisado ainda é grande a proporção de analfabetos e de indivíduos com menos de cinco anos de estudo. Também foi possível identificar alta proporção de trabalho precário para essa região, bem como um nível elevado de dependentes (pessoas menores de 14 anos e maiores de 60). Para as regiões (não pobres) metropolitana, seguida da região urbana sofrem de menores privações no que concerne às necessidades básicas, estas regiões possuem acesso considerável a todas as categorias da dimensão moradia, saneamento, educação, trabalho e demografia.

Entretanto, por meio da dimensão renda e dos indicadores monetários de pobreza constatou-se que a região metropolitana é a que contém maior proporção de pobres e maior

severidade da pobreza (desigualdade entre pobres), estes percentuais chegam a ultrapassar a média estadual. No que se refere à região urbana e rural os resultados dos indicadores monetários são semelhantes entre si e quando comparados com aquela região são bem menores, além de ter decrescido em maior proporção entre o período analisado. A queda no valor destes indicadores monetários deve-se em especial, a programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família.

Por fim, conclui-se conforme as variáveis analisadas, que todas as regiões tanto para pobres quanto não pobres sofrem privações das necessidades básicas e monetárias quer seja em maior ou menor proporção, desse modo à pobreza analisada por essas duas abordagens é mais completa e demonstra as principais carências sentidas por estes indivíduos. Quando comparadas as duas análises percebe-se que a pobreza do ponto de vista multifacetado é mais intensa na região rural, por outro lado, a região urbana e metropolitana possuem um acesso mais amplo a esses serviços, mas possuem um maior número de pobres do ponto de vista monetário.

Autores como Lacerda (2009), Lacerda e Neder (2010) e Araújo, Moraes e Cruz (2012) corroboram com os resultados de que a pobreza no âmbito multidimensional é maior na região rural, os indivíduos desta região possuem um acesso mais restrito as necessidades básicas.

Então, é notável a relevância de não restringir à análise de pobreza apenas a renda, pois se incorre no risco de subestimar a real magnitude da pobreza. Haja vista que esta forma de mensurar pobreza não permite captar a ausência de outras carências sofridas pela população pobre. Sugere-se que políticas públicas voltadas no combate à pobreza devem primeiramente analisar quais as necessidades básicas da região, para que às políticas públicas tenha como objetivo central satisfazer a ausências destas necessidades e permitindo deste modo que os indivíduos desenvolvam suas capacitações.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro de; CUNHA, Marina Silva da. **Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná**. Revista de Economia, v. 38, n. 3 (ano 36), p. 45-64, set./dez. 2012.
- ALENCAR, Paulo Luciano Ayres de. **Pobreza no nordeste do Brasil: uma análise multidimensional para o período 2001 – 2009**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2012.
- ANDRADE, Mariana Rosa de. **A concepção de pobreza através das diferentes abordagens avaliatórias de bem-estar e sua implicação para a elaboração de políticas públicas**. 2011. Monografia (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34833/000784308.pdf?sequence=1>>.
 Acesso em: 09/08/2015.
- ARAÚJO, claudiana aparecida leal; TOLENTINO, marlúcia. **Desigualdades sociais e pobreza rural: uma abordagem acerca de suas dimensões**. II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.
- ARAÚJO, Jair Andrade de; MORAIS, Gabriel Sampaio; CRUZ, Mércia Santos da. **Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará**. Texto para Discussão n. 03, 15p. Laboratório de Estudos Regionais/UFC. Sobral. 2012.
- ARBACHE, Jorge Saba. **Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas**. Brasília: CEPAL. Escritório no Brasil/DFID, 2003-p.11-115, 2003. Disponível em: <
<http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28343/LCbrsR135.pdf?sequence=1>>.
 Acesso em: 10/08 /2014.
- AVILA, José Flávio. **Pobreza no Rio Grande do Sul: uma análise exploratória da sua distribuição espacial a partir de indicadores multi e unidimensionais**. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) – FACE, PUCRS. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <
<http://repositorio.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/5751/1/000456922-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso e: 10/01/2015.
- AZEVEDO, Darana Carvalho de; BURLANDY, Luciene. **Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias**. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 201-209 jul./dez. 2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf>>. Acesso em: 30/01/2015.
- BAGOLIN, Izete Pengo. **Da renda às capacitações: analisando e avaliando o desenvolvimento humano**. Porto Alegre, 2005. 149 p. Tese (Doutorado em Economia)– Programa de Pós Graduação em Economia, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BARROS, Francisco Ferreira do Rego. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012**. 2014. 39f. Dissertação (mestrado profissional) – Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9579/1/2014_dissert_ffrbarros.pdf>. Acesso em: 10/08/2015.

BAGOLIN, Izete Pengo. **Da renda às capacitações: analisando e avaliando o desenvolvimento humano**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/5603>>. Acesso em 15/08/2015.

BAGOLIN, Izete Pengo; SOUZA, Osmar Tomaz de; COMIM, Flavio Vasconcellos. **Gênero e pobreza multidimensional no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 2 (45), p. 387-408, ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21n2/a07v21n2.pdf>>. Acesso em: 22/08/2015.

BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio Salvadori; NEDER, Henrique Dantas. **Características regionais da pobreza rural no Brasil: Algumas implicações para políticas públicas**. Brasília. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio. (ORGs). A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a questão Regional. v.17, p. 57-108, fev. 2013. Disponível em : <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>>. Acesso em: 10/10/2014.

CALDAS, Renata de Melo. **Análise da multidimensionalidade da pobreza no nordeste**. Recife: Março de 2012. 83 p. Dissertação (Mestrado e Economia). – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/10365>>. Acesso em: 08/09/2015.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; NEGRÃO, Marcília Regina Gama. **Considerações sobre a pobreza no Brasil e suas manifestações nas cidades da Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, v. 9, n. 1, p. 95-118, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/59/318>>. Acesso em: 22/01/2015.

CARNEIRO, Douglas Mesquita; BAGOLIN, Izete Pengo. **Abordagens acerca da relação crescimento econômico, desigualdade e pobreza**. Revista Cadernos de Economia, Chapecó, v. 16, n. 30-31, p. 05-20, dez. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/view/1643/914>>. Acesso em: 04/01/2016.

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. **Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008)**. Jornal Valor Econômico, v. 18, p. 07, 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>>. Acesso em: 08/08/2015.

CASTRO, Jorge Abrahão de. **SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: AVANÇOS E PROBLEMAS**. Situação social brasileira : monitoramento das condições de vida 2 / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Herton Ellery Araújo. – Brasília : Ipea, 2012. 168 p. Disponível em

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacaosocial_vida2.pdf>. Acesso em : 22/11/2015

CASTRO, Jorge Abrahão de; ARAÚJO, Herton Ellery; CODES, Ana Luiza Machado de. **SITUAÇÃO SOCIAL NOS ESTADOS**. Pernambuco. IPEA, Brasília. 2012. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/120307_relatorio_situacaosocial_pe.pdf> Acesso em: 15/03/2016.

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, Abril de 2008. (Texto para Discussão Nº, 1332). Disponível em: <file:///D:/por%20partes/pobreza%20multidimensional/POBREZA%20EM%20GERAL/TD_1332.pdf>. Acesso em: 10/05/2008.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete Pengo. **Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul**. Ensaios FEE, Porto Alegre, V.23, Número Especial, p.467-490, 2002.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A pobreza como um fenômeno multidimensional**. RAE-eletrônica, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2002.

DINIZ, Marcelo Bentes; DINIZ, Marcos Monteiro. **Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio**. *Economia Aplicada*, v. 13, n. 3, p. 399-423, 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v13n3/v13n3a03.pdf>>. Acesso em: 05/08/ 2015.

DUARTE, Renato. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. CLACSO, 2001.

DUFLO, Esther. **Women's empowerment and economic development**. National Bureau of Economic Research Working Paper, Cambridge, n. 17702, Dec. 2011. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w17702.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

FARIA, Renato Araújo Travassos. **Programa geral de renda mínima: uma avaliação dos projetos do senador suplicy**. 2002. Graduação (Bacharelado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Abril de 2002. Disponível em: <<http://rendabasica.wdfiles.com/local--files/textos/PROGRAMA%20GERAL%20DE%20RENDAM%20M%20C3%8DNIMA%20-%20UMA%20AVALIA%20C3%87%20C3%83O%20DOS%20PROJETOS%20DO%20SENADOR%20SUPPLY.pdf>>. Acesso em: 06/01/2016.

FARIA, Ricardo Coelho de; FARIA, Simone Alves de; MOREIRA, Tito Belchior S. **A PRIVATIZAÇÃO NO SETOR DE SANEAMENTO TEM MELHORADO A PERFORMANCE DOS SERVIÇOS? planejamento e políticas públicas**, ppp n. 28. jun./dez. 2005.

FERRADAS, Fiorella Macchiavello . **Concentração de capital e pobreza na América Latina na década de 1990 e começo no século XXI**. Graduação (Monografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Ciências Econômicas. Florianópolis, Junho de 2005.

Disponível

em:<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121868/Economia295582.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22/11/2015.

FREIRE, Livia de Carvalho. *Pobreza multidimensional: uma aplicação às unidades federativas brasileiras*. 2011. Monografia (Graduação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

IBGE <http://www.ibge.gov.br/home/>. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, diversos anos.

IPEADATA www.ipeadata.gov.br/

IZEPÃO, Rosalina Lima; ALBUQUERQUE, Marcela Ribeiro de; FERNANDES, Carlândia Brito Santos. *O combate à pobreza no Brasil: uma análise dos principais instrumentos de políticas governamentais*. Revista de Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros- Unimontes, 2012.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V15-F1-S26/05-kageyama_hoffmann.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

LACERDA, Calasans Costa; ARAÚJO, Kamile Ferreira; CAMPOS, Karen de Oliveira. *Análise da situação socioeconômica dos estados nordestinos com base nos microdados da PNAD*. Semana de Economia UESB, 10 a 15 de junho de 2013.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa. *Aspectos multidimensionais da pobreza rural na bahia: análise comparativa–2001/2006/2009*. Revista Desenhahia nº15, 2011. Disponível em: <http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/3009201116267445RD-15_Set%2011_Cap.%207%20-%20Aspectos%20Multidimensionais.pdf>. Acesso em: 15/09/2015.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa; NEDER, Henrique Dantas. *Pobreza multidimensional na Bahia: uma análise fundamentada no Indicador Multidimensional de Pobreza*. Revista Desenhahia7Salvador, v. 7, n. 13, p. 33-70, 2010. Disponível em:<http://desenhahia2011.taointerativa.com.br/uploads/2508201115158750_Artigo%202.pdf>. Acesso em: 03/08/2015.

LACERDA, Fernanda Calasans Costa; PESSOTI, Gustavo Cassebi; SILVA, Jadson Santana da. *Reflexões sobre o estudo da pobreza: o que há de novo no debate atual?*. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 15, n. 27, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/2742/1989>>. Acesso em: 22/09/2014.

LEMO, José, BOTELHO, Demartone Coelho, LEVY, Sylvain. *CORREIOBRAZILIENSE*. Brasília, segunda-feira, 1º de fevereiro de 2010.

LEVY, Paulo Mansur et al. **Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza**. 2006. (texto para discussão N° 1234). Rio de Janeiro: novembro de 2006. [Texto para Discussão N° 1234]. Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1823/1/TD_1234.pdf>. Acesso em: 09/09/2015.

LIMA, Elaine Carvalho de; LIMA, Érica Priscilla Carvalho de. **Políticas públicas no nordeste: o impacto das transferências de recursos**. 36° Encontro Anual das Anpocs. Águas de Lindóia, São Paulo 21 a 25 de Outubro 2012.

LOPES, Helger Marra et al. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte: outubro de 2003. (Texto para Discussão, N°223). Disponível em: < http://www.researchgate.net/profile/Ana_Machado31/publication/4927552_Indicador_de_pobreza_aplicao_de_uma_abordagem_multidimensional_ao_caso_brasileiro/links/53f608170cf2888a749244f4.pdf>. Acesso em: 05/08/2015

LOPES, Helger Marra; Macedo, Paulo Brígido Rocha; Machado, Ana Flávia. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte: Outubro de 2003. [Texto para Discussão, N° 223]. CEDEPLAR/FACE/UFMG.

LOPES, Helger Marra; Macedo, Paulo Brígido Rocha; Machado, Ana Flávia. **Análise de Pobreza com Indicadores Multidimensionais: Uma Aplicação para Brasil e Minas Gerais**. CEDEPLAR/UFMG. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

LOPES, Marra Helger. **Análise de pobreza com indicadores multidimensionais: uma aplicação para Brasil e Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Economia). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Agosto de 2009. IPECE – Nota Técnica N° 38.

MAGALHÃES, Rosana; BURLANDY, Luciene; SENNA, Mônica de Castro Maia. **Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(6):1415-1421, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/pdf/630/63013517002.pdf> > Acesso em 22/09/2015.

MANSO, Carlos Alberto et al. **A quem se destina o Plano “BRASIL SEM MISÉRIA”? perfil dos extremamente pobres no país**. Junho de 2011. Disponível em: < http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/1144/1/2001_art_camanso.pdf>. Acesso em: 08/08/2015.

MARIAN, Solange Regina et al. **Pobreza multidimensional em Silveira Martins-RS: Identificação de Dimensões de Vida Valoradas com a Aplicação do Método Alkire-Foster (AF)**. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, São Paulo, v. 19, n. 62, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/viewFile/4798/13469>>. Acesso em: 09/09/2015.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. (Texto para Discussão, N° 369).

MATTOS, Bartira Koch. **Uma abordagem seniana do programa bolsa família**. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, 2011.

MATTOS, Ely José de. **Pobreza rural no Brasil: um enfoque comparativo entre a abordagem monetária e a abordagem das capacitações**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de ciências econômicas, Programa de Pós- graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2006.

MEDEIROS, Marcelo. **Os ricos e a formulação de políticas de combate à desigualdade e à pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA, 2003 (Texto para Discussão N ° 984). Acesso em: < http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0984.pdf>. Disponível em: 09/09/2015.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira.(orgs). – SP Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.191 p. : il. ; 23 cm – (**Estudos Estados Brasileiros**).ISBN 978-85-7643-219-7.2014

MORAES, Jaira Coelho. **Brasil alfabetizado e *misión robinson*: um estudo comparativo acerca das políticas de alfabetização no Brasil e na Venezuela – 2003-2015**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

MORAIS,Maria da Piedade; CARVALHO, Carlos Henrique ; REGO,Paulo Augusto. **CONDIÇÕES DE MORADIA, SANEAMENTO BÁSICO E MOBILIDADE URBANA NO BRASIL: EVIDÊNCIAS A PARTIR DA PNAD 2009**. Situação social brasileira : monitoramento das condiçõesde vida 2 / organizadores: Jorge Abrahão de Castro,Herton Ellery Araújo. – Brasília : Ipea, 2012. 168 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacaosocial_vida2.pdf>. Acesso em : 22/11/2015

MOTA, Wilton Luiz da; SANTANA, Jose Ricardo de. **O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo**. REN. Revista econômica do nordeste, v. 42, n. 1, p. 25-48, 2011. Disponível em: < http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1225>. Acesso em: 09/09/2015.

MOURA, Larissa; LANDAU, Elena Charlotte; LUZ, Walcrislei Vercelli. **Esgotamento sanitário nas áreas de maior concentração da agricultura familiar: situação da região**

nordeste. In: Embrapa Milho e Sorgo-Artigo em anais de congresso (ALICE). In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOPROCESSAMENTO E SENSORIAMENTO REMOTO, 7., 2014, Aracaju. Geotecnologias: inovações e desenvolvimento: anais. Aracaju: UFS, 2014., 2015. Disponível em: <http://www.resgeo.com.br/geonordeste2014/anais/doc/pdfs/55.pdf> acesso em 16/11/2015

NEVES, Jonas Anderson Simões das. **Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI.** p. 340. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OLIVEIRA, Régis Borges de. **Evolução da pobreza na América latina: velhas e novas caras.** BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Cláudio. (ORGs). A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a questão Regional. Brasília. In v.17, p. 33-52, fev. 2013. Disponível em : <<http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/S%C3%A9rie-DRS-vol-17.pdf>>. Acesso em: 10/10/2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro et al. **Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009.** Brasília: agosto de 2011. (Texto para Discussão, Nº 1647). Disponível em: <<http://www.econstor.eu/bitstream/10419/91289/1/667452419.pdf>>. Acesso em: 25/08/2015.

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOARES, Sergei Suarez Dillon; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães de Ferreira. **Erradicar a pobreza extrema: um objetivo ao alcance do Brasil.** Brasília: Maio de 2011. [Texto para Discussão, Nº 1619]. Disponível em: <<http://www.econstor.eu/bitstream/10419/91026/1/664491545.pdf>>. Acesso em: 22 /01/2015

OTTONELLI, Janaina et al. **A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS).** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro 45(3):837-59, Maio/jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v45n3/12.pdf>>. Acesso em: 10/11/2014.

PAES DE BARROS, Ricardo et al. **A importância da queda recente da desigualdade na redução da pobreza.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007. (Texto para Discussão Nº 1256). Disponível em: < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1965/1/TD_1256.pdf > acesso em: 02/04/2015.

PAES DE BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. **Pobreza multidimensional no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, Nº1227). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1688/1/TD_1227.pdf>. Acesso em: 10/10/2014.

PAES DE BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão. Nº800) Disponível em:<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2003/1/TD_0800.pdf > .Acesso em: 15/09/2015.

PAES DE BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960.** Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para Discussão,

Nº286). Disponível em:< http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2475/1/td_0286.pdf>. Acesso em: 08 /08/2015.

Penelope J.; Brook Cowen. **O setor privado nos serviços de água e saneamento — Como começar.** The World Bank Group Finance, Private Sector, and Infrastructure Network, setembro de 1997. Disponível em: < http://www.mp.go.gov.br/portalweb/hp/4/docs/privatizacao_concessao_agua_esgoto.pdf>. Acesso em 22/04/2016.

Porsse, Melody de Campos Soares, et al. **O Programa Primeira Infância Melhor no Rio Grande do Sul: uma avaliação à luz da abordagem das capacitações.** Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n35, p.286-316, jan./jun. 2012

REYMÃO, Ana Elizabeth; SABER, Bruno Abe. **Acesso à água tratada e insuficiência de renda. Duas dimensões do problema da pobreza no Nordeste brasileiro sob a óptica dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.** “VII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica”. Fortaleza, 28 a 30 de novembro de 2007.

RIBEIRO, Samara Campos. **CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DE VITÓRIA DA CONQUISTA EM 2010: um estudo a partir da abordagem das necessidades básicas e da abordagem das capacitações.** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), 2010.

ROCHA, Sonia. **Crescimento, renda e pobreza. Como ficam os pobres?** XXII Fórum Nacional 2009 -Na Crise, Brasil, Desenvolvimento de uma Sociedade Ativa e Moderna (Sociedade do Diálogo, da Tolerância, da Negociação), “Programa Nacional de Direitos Humanos”. E Novos Temas17 e 20 de maio de 2010.

ROCHA, Sonia. **Governabilidade e pobreza: o desafio dos números.** Rio de Janeiro: Fevereiro de 1995. [Texto para Discussão, Nº 368]. Disponível < http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1730/1/td_0368.pdf>. Acesso em: 22/01/ 2015.

ROCHA, Sonia. O declínio recente da pobreza e os programas de transferência de renda. **O Sociólogo e as Políticas Públicas**, p. 117-134, 2009. Disponível em :< http://www.schwartzman.org.br/simon/fest6_sonia.pdf>. Acesso em: 10.10.2014.

ROCHA, Sonia. **Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004.** *Nova economia* 16.2 (2006): 265-299.

ROCHA, Sonia. **Tabulações sobre pobreza e indigência.** 2013. Disponível em: <<http://www.iets.org.br/dado/tabulacoessobrepoBREZaeindigenciadapnad2013>>. Acesso em: 15.03.2016.

ROLIM, Cássio et al. **Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil.** Curitiba: PPGDE/UFPR, 2005. Disponível em: < <http://core.ac.uk/download/pdf/6396058.pdf>>. Acesso em: 03/08/2015.

ROMÃO, Maurício Costa. **Medidas agregadas de pobreza absoluta: a proposta de Sen e os desenvolvimentos subsequentes.** Revista de Econometria. Rio de Janeiro v. 13, n.2.1, pp.41-78 abril 1993.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jacques. **Medidas de pobreza e de empobrecimento**. Ensaios FEE, v. 17, n. 1, p. 74-102, 1996.

SANTOS, LARISSA MARTINS NEIVA. **Pobreza como privação de liberdade: Um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro: Niterói, abril de 2007. Disponível em: < http://www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/40/TDE-2008-02-11T131509Z-1261/Publico/2007-larissa_martins.pdf>. Acesso em: 22/01/2015.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos; MAHMOOD, Sofia Barbosa. **Para Pensar Geograficamente a “Pobreza Urbana”: O Sistema de Informações Georreferenciadas dos Assentamentos Populares da Região Metropolitana do Recife/PE**. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ, Rio de Janeiro, 18 a 22 de novembro de 2013.

SAWAYA, Ana Lydia et al. **Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros**. Estudos avançados, v. 17, n. 48, p. 21-44, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a03.pdf>>. Acesso em: 25.08.2015.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Ana Márcia Rodrigues da. **Um estudo sobre pobreza multidimensional na região Nordeste do Brasil**. 2009. 192 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

SOBEL, Tiago Farias; GONÇALVES, Michela Barreto Camboim; COSTA, Ecio de Farias. **Evolução e caracterização dos níveis de pobreza do Nordeste entre 1995 e 2005**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 48, n. 1, p. 63-83, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v48n1/04.pdf>>. Acesso em: 23/09/2015.

SOBEL, Tiago Farias; MUNIZ, André Luiz Pires; COSTA, Ecio de Farias. **Divisão regional do desenvolvimento humano em Pernambuco: uma aplicação da análise de cluster**. Revista Teoria e Evidência Econômica, v. 15, n. 33, 2009. Disponível em: <<http://www.upf.com.br/seer/index.php/rtee/article/viewFile/4272/2764>>. Acesso em: 22/08/2015.

STORMOWSKI, Marcia Sanocki. **Interpretações sobre a pobreza na época do desenvolvimentismo: análise dos discursos de Vargas e JK**. p.230. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2011.

TAVARES, Priscila Albuquerque et al. **Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 39, n. 1, p. 25-58, 2009. Disponível em: < <http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/1062/1044>>. Acesso em: 22/01/2015.

VINHAIS, Henrique; SOUZA, André Portela. **Pobreza relativa ou absoluta? A linha híbrida de pobreza no Brasil**. Anais do Encontro Nacional de Economia, 2006. Disponível em: < <http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A140.pdf>>. Acesso em: 10/10/2014.

WILTGEN, Ricardo Pereira. **Pobreza urbana: um estudo sobre a região metropolitana de Porto Alegre**. 2012. 88 f. Dissertação (estrado e Economia). – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, PUCRS. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://meriva.pucrs.br:8080/dspace/bitstream/10923/2564/1/000438769-Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 22/04/2015.

YWATA, Suzana Yuriko; MORCELI, Marta Regina; Santos, Gisele Neto Souza. **Mínimos sociais: uma questão contemporânea em debate**. Monografia (Graduação e Serviço Social). FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE. Presidente Prudente, São Paulo, 2004.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. **Combate à fome e miséria no governo Lula: garantia do direito à alimentação?**. Revista Espaço Acadêmico- Nº 129- Fevereiro de 2012. Mensal- Ano XI- ISSN 1519-6168.

WAGSTAFF, Adam. Poverty and health sector inequalities. **Bulletin of the world health organization**, v. 80, n. 2, p. 97-105, 2002.